

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
DEPARTAMENTO DE DIREITO**

***PROJETO DE LEI ANTITERRORISMO E A CRIMINALIZAÇÃO DOS
MOVIMENTOS SOCIAIS E MANIFESTAÇÕES POPULARES***

**Roberta Olivato Canheo
Acadêmica**

**FLORIANÓPOLIS
2014**

ROBERTA OLIVATO CANHEO

***PROJETO DE LEI ANTITERRORISMO E A CRIMINALIZAÇÃO DOS
MOVIMENTOS SOCIAIS E MANIFESTAÇÕES POPULARES***

Trabalho de conclusão de curso
apresentado à Universidade Federal de
Santa Catarina – UFSC, como parte dos
requisitos para obtenção do grau de
Bacharel em Direito.

Orientador: Alexandre Moraes da Rosa

FLORIANÓPOLIS

2014



Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Ciências Jurídicas
Colegiado do Curso de Graduação em Direito

TERMO DE APROVAÇÃO

A presente monografia, intitulada
Projeto de lei Antiterrorismo e a Criminalização dos
movimentos sociais e manifestação populares,
elaborada pelo acadêmico
Rebecca Oliveira Gomes

defendida nesta data e aprovada pela Banca Examinadora composta pelos membros
abaixo assinados, obteve aprovação com nota 10
(dez), sendo julgada adequada para o cumprimento do
requisito legal previsto no art. 9º da Portaria nº 1886/94/MEC, regulamentado pela
Universidade Federal de Santa Catarina, através da Resolução n. 003/95/CEPE, bem
como, pela Res. CNE/CES/09/2004.

Florianópolis, 01 / 07 /2014.

(nome do orientador)

Alexandre Moraes de Rose

(nome de um membro titular)

Alina Gostinski
ALINA GOSTINSKI

(nome do outro membro titular)

Mark Pickersgill Walker

*Se tu falas muitas palavras sutis
Se gostas de senhas sussurros ardis
A lei tem ouvidos pra te delatar
Nas pedras do teu próprio lar*

*Se trazes no bolso a contravenção
Muambas, baganas e nem um tostão
A lei te vigia, bandido infeliz
Com seus olhos de raios X*

*Se vives nas sombras frequentas porões
Se tramas assaltos ou revoluções
A lei te procura amanhã de manhã
Com seu faro de dobermam*

*E se definitivamente a sociedade
só te tem desprezo e horror
E mesmo nas galeras és nocivo,
és um estorvo, és um tumor
A lei fecha o livro, te pregam na cruz
depois chamam os urubus*

*Se pensas que burlas as normas penais
Insuflas agitas e gritas demais
A lei logo vai te abraçar infrator
com seus braços de estivador*

(Chico Buarque; Hino de Duran)

A aprovação da presente monografia não significará o endosso do Professor Orientador, da Banca Examinadora e da Universidade Federal de Santa Catarina a ideologia que a fundamenta ou que nela é exposta.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar pormenorizadamente o projeto de Lei Antiterrorismo do Senado Federal, de nº 499, sob um olhar crítico, buscando apontar sua incompatibilidade com um Estado Democrático de Direito, e sua propositura em meio a um contexto de criminalização dos movimentos sociais e manifestações populares. A pesquisa inicialmente delimita como marco teórico o Direito Penal do Inimigo preconizado por Jakobs Günther e sua aplicabilidade à realidade brasileira; após analisa-se os aspectos de estado de exceção e totalitarismo modernos e os motivos que fazem com que nosso país possa ser considerado um Estado de exceção permanente. O conceito de terrorismo é também problematizado, ao passo que se chega à conclusão de que no Brasil o único terrorismo que importa ser lembrado é o de Estado. Pretende-se ainda a apresentação do panorama geral da criminalização dos movimentos sociais, partindo-se da origem do termo criminalizar, passando-se para um retomado histórico dos processos criminalizantes pelos quais os movimentos brasileiros passaram e passam; chegando-se à discussão sobre as manifestações populares de junho de 2013, bem como sobre as prisões arbitrárias e os tipos penais evocados durante o período para a contenção dos manifestantes. Após a análise dos dispositivos que compõem o projeto de lei, visa-se então demonstrar a tendência mundial à criminalização de qualquer levante popular, sob a justificativa dos poucos excessos cometidos.

Palavras-chaves: Projeto de Lei Antiterrorismo; PLS 499 de 2013; criminalização dos movimentos sociais; estado de exceção; direito penal do inimigo.

ABSTRACT

This monograph has the intent of analyzing the “*Projeto de Lei nº 499 – Lei Antiterrorismo*” (Bill n. 499 – Anti-Terrorism Act) from Brazilian Senate thoroughly with a critical scope, seeking to identify its incompatibility with a Democratic State, and locating its upbringing amidst a chaotic context of criminalization of social movements and popular uprisings. The research initially defines its theoretical framework basing itself upon the “Criminal Law of the Enemy” advocated by Jakobs Günther and its applicability to the Brazilian reality; later, one analyzes the aspects of the state of exception and modern totalitarianism and the reasons that place Brazil as a permanent state of exception. The concept of terrorism is also questioned, whereas one concludes that in Brazil the only terrorism that matters is the one perpetrated by the state itself. One also intends to present an overview of the criminalization of social movements, starting from the origin of the term “criminalize”, traversing a historical recount of the criminalization process that social movements have suffered and still do; reaching the discussion about the popular demonstrations of June 2013, as well as the arbitrary arrests and the *delicts* (Civil Law jurisdiction term similar to criminal offence) evoked to frame the alleged wrongdoers during this period. After such efforts, one aims at demonstrating the worldwide trend toward criminalization of any popular uprising, under the justification of the few excesses.

Keywords: Anti-Terrorism Act Bill; PLS 499 of 2013; criminalization of social movements; state of exception; criminal law of the enemy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 DO DIREITO PENAL DO INIMIGO AO TERRORISMO ESTATAL. ESTADO DE EXCEÇÃO VERSUS ESTADO DEMOCRÁTICO.....	16
1.1 O Direito Penal do Inimigo e sua aplicabilidade à realidade brasileira.	16
1.2 Estado de exceção e Totalitarismo Modernos.....	23
1.3 As concepções de Terrorismo.....	31
1.3.1 Terrorismo: Um termo indefinido.....	31
1.3.2 Se há que se falar em terrorismo no Brasil, há que se falar em terrorismo de Estado.	35
2 A CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E PROTESTOS POPULARES NO BRASIL	39
2.1 Panorama geral da criminalização dos movimentos sociais no Brasil.	39
2.1.1 Breve explanação acerca do conceito de criminalização:	39
2.1.2 Histórico da criminalização dos movimentos sociais no Brasil	41
2.2 Protestos populares e as jornadas de junho de 2013.....	46
2.3. Tipos penais encontrados nas manifestações e detenções arbitrárias.....	53
3 PROJETO DE LEI 499 DE 2013 E O FORTALECIMENTO DO ESTADO PENAL. 60	
3.1 O fortalecimento do Estado Penal e as leis antiterroristas no cenário internacional.....	60
3.1.1 A expansão do Estado Punitivista segundo Wacquant	60
3.1.2 Leis antiterroristas no âmbito jurídico externo	62
3.2. Contexto histórico e político da propositura do PLS 499/13 e a justificação do projeto.....	65
3.3 Análise crítica dos dispositivos do PLS 499/13.	71
CONCLUSÃO	82
REFERÊNCIAS	85

INTRODUÇÃO

Durante os últimos meses, nosso país vivenciou uma onda de protestos que se alastrou por várias cidades brasileiras. As reivindicações sociais foram inúmeras, destacando-se a insatisfação popular com a qualidade e preço do transporte público, a corrupção política, os gastos e problemas sociais advindos da preparação para a realização da Copa do Mundo. Na tentativa de se coibir os protestos, medidas foram tomadas para criminalizá-los, destacando-se recentemente o PLS 499/13, conhecido como Projeto de Lei Antiterrorismo.

Em 11/02/2014, O Congresso Nacional volta a debater a tipificação do terrorismo em sua pauta, motivado pela morte do cinegrafista Santiago Andrade ocorrida no dia anterior. O cinegrafista foi alvo de rojão durante manifestação contra o aumento da tarifa de ônibus no Rio de Janeiro. O falecimento levou alguns senadores a defenderem a aprovação do PLS 499/13 em regime de urgência pelo Senado.¹

Cumprе esclarecer que a criminalização dos movimentos sociais não é um fenômeno recente em nosso país, e não o são também as repressões levadas a cabo pela polícia, em especial a militar. Nesse contexto, criminaliza-se qualquer forma de levante ou protesto que não se dê através das urnas ou abaixo-assinados, sob a justificativa dos poucos excessos cometidos, seja esse levante promovido por movimentos sociais organizados, como o MST ou não organizados.

Assim, o interesse pelo tema surgiu com a indignação da autora, no que concerne as claras tentativas estatais de se criminalizar os movimentos sociais, através de projetos de Leis incompatíveis com um Estado democrático de Direito, de prisões e detenções arbitrárias, do incentivo a uma ação policial truculenta, que nos fazem pensar que talvez não estejamos tão distantes daquela que recentemente

¹ PELEGRINO, A.; FRANCA, L. Para juristas, projeto de lei antiterrorismo é genérico e coloca em risco estado de direito. **Última Instância**, fev. 2014. Disponível em: <http://ultimainstancia.uol.com.br/conteudo/noticias/69103/para+juristas+projeto+da+%22lei+anti-terrorismo%22+e+generico+e+coloca+em+risco+estado+de+direito.shtml>. Acesso em 20 mar. 2014.

completou cinquenta anos. Destarte, como forma de debater este tema, aliado à atualidade do mesmo, resolveu a autora defendê-lo em sua Monografia.

Ressalta-se que no sistema penal brasileiro, a legislação mais próxima do Projeto Lei Antiterrorismo foi criada ainda durante o regime civil-militar e conseguiu se manter válida durante o processo constituinte de 1988. Trata-se da Lei de Segurança Nacional, que, em seu artigo 20, impõe pena de 3 a 10 anos de reclusão, aumentada até o triplo no caso de morte, para quem "devastar, saquear, extorquir, roubar, sequestrar, manter em cárcere privado, incendiar, depredar, provocar explosão, praticar atentado pessoal ou atos de terrorismo".²

O projeto de lei inclui como ato típico "provocar ou difundir terror ou pânico generalizado mediante ofensa ou tentativa de ofensa à vida, à integridade física ou à saúde ou à privação da liberdade de pessoa" e estabelece penas de 15 a 30 anos de reclusão ou de 24 a 30 anos de reclusão se resultar em morte.³ O tipo abre, notadamente, margem para diversas interpretações subjetivas, o que contraria o princípio penal da taxatividade.

Importante lembrar que qualquer crime eventualmente cometido durante as manifestações já se encontra tipificado na legislação brasileira, como por exemplo, o dano ao patrimônio público, o homicídio, o desacato, etc. A criação de uma nova lei, portanto, torna-se desnecessária e representa apenas o avanço do Estado Penalista, onde o Direito Penal do Inimigo, preconizado por Jakobs Gunther ganha força. Procura-se sempre o inimigo a ser combatido, seja ele externo ou interno, a fim de que se reestabeleça a "ordem" social e política.

Naturaliza-se o arbítrio punitivo que se lança sobre a estrutura social, ao passo que políticas baseadas na "tolerância zero" são adotadas. Intensifica-se a criminalização, mesmo no caso das manifestações populares de junho, que contaram com a participação de diversas classes sociais. Neste caso em específico, o inimigo a ser combatido é representado pelo manifestante, ou por líderes dos movimentos sociais.

²Idem.

³ BRASIL. **PLS- Projeto de Lei do Senado, nº 499 de 2013.** Define crimes de terrorismo e dá outras providências. Disponível em <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=115549>. Acesso em 15 mar.2014.

De outro norte, há, visivelmente, um conflito entre a ação dos movimentos sociais e a interpretação dada pela sociedade a partir daquilo que é transmitido pela mídia. E é claro o objetivo de muitos órgãos de comunicação: criminalizar os movimentos sociais contrários aos interesses dos grupos que concentram seu poder.

Ademais, a tentativa de se coibir o pensamento dos manifestantes fere o direito fundamental à livre expressão da atividade intelectual, constante no artigo 5º, inciso IX da Constituição Federal, além de ser incompatível com os princípios de um governo democrático. Resta claro, outrossim, que um grande número de prisões e detenções realizadas durante as manifestações foram ilegais e arbitrárias, destacando-se a inconstitucional “prisão para averiguação”. No que tange aos julgamentos já realizados, a seletividade do sistema carcerário mostrou-se mais uma vez presente, apresentando um morador de rua como o primeiro condenado das manifestações, por portar uma garrafa de água sanitária e pinho sol.

Nesse íterim, as constantes repressões policiais presenciadas recentemente nos levam a desacreditar o Brasil como um Estado de Direito, o qual tem como preceito básico o respeito aos direitos fundamentais. Contrariamente, o país tem se apresentado como um Estado Policial, baseado no controle da população, ideologicamente, politicamente e fisicamente. Agrega-se ainda a este contexto a legislação especial imposta pela FIFA em decorrência da Copa do Mundo, que apresenta claramente aspectos de uma legislação de exceção. E assim, o Estado de exceção torna-se permanente, no ano em que contamos com 50 anos do golpe civil-militar de 64 e com 25 anos da vigência da Constituição de 88, apelidada de “Constituição cidadã”.

1 DO DIREITO PENAL DO INIMIGO AO TERRORISMO ESTATAL. ESTADO DE EXCEÇÃO VERSUS ESTADO DEMOCRÁTICO.

1.1 O Direito Penal do Inimigo e sua aplicabilidade à realidade brasileira.

Enunciada pelo doutrinador alemão Jakobs Günther, a Teoria penal do Inimigo sustenta-se no discurso da prevenção geral positiva para legitimar a pena criminal. Esta é concebida a partir de um fenômeno de psicologia social, a estabilização das expectativas normativas, desenvolvida pela sociologia de Luhmann. O penalista, “cujos postulados transitam dos princípios do democrático Direito Penal do fato e da culpabilidade para um discriminatório Direito Penal do autor e da periculosidade”⁴ passou a dedicar-se ao trabalho de dividir o Direito Penal em dois sistemas diferentes, destinados a duas categorias de seres humanos também considerados distintos, quais sejam os cidadãos e os inimigos.

O projeto de Jakobs idealiza que a pena para o cidadão seria uma reação contra-fática de efeito simbólico da afirmação da validade da norma, visando o fato pretérito do crime, uma vez que a pena pretende reprimir a negação dessa validade. A pena para o inimigo, por sua vez, seria uma medida de força com efeito de custódia de segurança, visando o fato futuro do crime, sendo que a negação da validade da norma tem por fim a prevenção. Os criminosos dividem-se então entre autores de fatos normais, os quais são punidos como cidadãos, e autores de fatos de alta traição, punidos como inimigos.

A dicotomia entre bons e maus, ou entre nós e eles, tem seu fundamento no indefinido conceito de personalidade, que nem ao menos a moderna Psicologia “sabe se está limitada ao ego responsável pela relação com a realidade, se abrange o superego como instância de controle do ego ou, enfim, se inclui os instintos do id como fonte da energia psíquica”.⁵ Jakobs considera o cidadão um ser calculável pelo princípio do prazer, do qual imana uma fidelidade jurídica oriunda de sua subsistente

⁴ SANTOS, Juarez Cirino dos. **O direito penal do inimigo** – ou o discurso do direito penal desigual. Disponível em <<http://www.cirino.com.br/artigos/jcs/Direito%20penal%20do%20inimigo.pdf>> Acesso em 08 mar. 2014.

⁵ Idem.

capacidade de orientação normativa. Já o inimigo seria um animal não-calculável pelo princípio do prazer, do qual atitudes de fidelidade jurídica estão excluídas em decorrência de sua intrínseca incapacidade de orientação; “o inimigo seria uma personalidade criminógena definível como adversário de princípio da organização de poder social, incapaz de um *modus vivendi* comum (contradição inimigo/sociedade).”⁶

Jakobs foi além ao afirmar que um indivíduo que não se permite coagir a viver em um estado de civilidade, não deve receber o conceito de pessoa. Os inimigos, portanto, seriam a rigor não-pessoas, sendo que ao lidar com eles, estar-se-ia neutralizando uma fonte de perigo, tal qual um animal selvagem. Destarte, o indivíduo perderia o status de cidadão e passaria a ser considerado um inimigo social. A não existência como cidadão precede a não existência como ser humano, possuidor de garantias, sendo que sua aniquilação não imputaria por fim, na perda de algo existente no mundo.⁷

Em 1999, apresenta uma conferência em um congresso internacional, sediado na Academia de Ciências de Berlim, na qual um dos temas tratados é o Direito Penal do Cidadão e o Direito Penal do Inimigo. Na oportunidade, o teórico arrola algumas particularidades típicas do Direito Penal do Inimigo, destacando-se a ampla antecipação de tutela penal, na qual há a criminalização previamente à lesão do bem jurídico; a imputação de punições desproporcionadamente altas, a supressão de garantias processuais e a transição de uma legislação penal para uma legislação de luta, visando o combate à delinquência.⁸

Chega-se então a um impasse conceitual, que reside na questão de o direito penal do inimigo permanecer sendo Direito, ou de já ser considerado um não-Direito, uma pura reação aos seres não-pessoas. E o rol exemplificativo destes é vasto, incluindo aqueles ligados à criminalidade organizada, autores de crimes

⁶ Idem.

⁷ JAKOBS, Günther; MELIÁ, Cancio; org. e trad. André Luís Callegari, Nereu José Giacomolli. **Direito Penal no inimigo: noções e críticas** 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007, p. 21-24.

⁸ _____. La ciencia penal ante los retos del futuro. In: CONDE, Francisco Muñoz. Eser, Hassemer, Burkhardt. **La ciencia del derecho penal ante el cambio de milenio**. Trad. Teresa Manso. Valencia, 2004, p. 59 e ss.

sexuais, pertencentes à quadrilhas, traficantes de drogas, terroristas, entre outros. Para o autor alemão, “ao cidadão, a função do Direito Penal se manifesta através da atuação contrafática que assegura a vigência da norma, ao passo que, ao inimigo, a intervenção do Direito Penal se apresenta como pura coação que visa à eliminação de um perigo.”⁹

A respeito do caráter arbitrário e subjetivo do julgamento penal no momento em que se identifica este inimigo, assevera Zaffaroni que:

O conceito de inimigo introduz de contrabando a dinâmica da guerra no Estado de direito, como uma exceção a sua regra ou princípio, sabendo ou não sabendo (a intenção pertence ao campo ético) que isso leva necessariamente ao Estado absoluto, porque o único critério objetivo para medir a periculosidade e o dano do infrator só pode ser o da periculosidade e do dano (real e concreto) de seus próprios atos, isto é, de seus delitos, pelos quais deve ser julgado e, se for o caso, condenado conforme o direito. Na medida em que esse critério objetivo é abandonado, entra-se no campo da subjetividade arbitrária do individualizador do inimigo, que sempre invoca uma necessidade que nunca tem limites, (...) ¹⁰

Consoante assinala Silva Sánchez, apesar de propagado por alguns Estados que o Direito preconizado nos moldes “jakobianos” deva estar restrito a contextos emergenciais, verifica-se um gradativo acolhimento da lógica, sendo que diante de tal tendência, não seria temerário prognosticar que tende a crescer e a estabilizar-se, ilegitimamente, o circulo do Direito Penal dos inimigos. ¹¹

A propósito da guerra contra inimigos internos como prioridade máxima, Nils Christie compara os modernos sistemas de controle do crime a Gulags de tipo ocidental, já que com o fim da Guerra Fria, diante da profunda recessão econômica, verificou-se a ausência de inimigos externos pelas mais importantes nações industriais. Embora o fim não seja o extermínio de cidadãos, os Gulags ocidentais intentam afastar da vida social os potenciais causadores de problemas. Podem transformar um período ativo das vidas dessas pessoas em uma existência que não

⁹ ARROSI, J.P. Direito penal do inimigo e totalitarismo. **Tipo: Inimigo**. Curitiba: FAE Centro Universitário, 2011, p. 61-64.

¹⁰ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **O inimigo no direito penal**. Rio de Janeiro: Revan, 2007, p.11.

¹¹ SÁNCHEZ, Jesús-Maria Silva. **A expansão do direito penal: aspectos da política criminal nas sociedades pós- industriais**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002, p. 151.

vale a pena ser vivida, sendo evidente que a luta contra esses “crimes” pode resultar em sociedades com governos totalitários.¹²

A eliminação de um inimigo não significa necessariamente sua morte física, em que pese esta tenha sido o desfecho final na maioria das vezes nos campos de concentração nazistas e nos citados Gulags, por exemplo. A psique humana pode ser destruída, como bem assevera Hannah Arendt, mesmo sem que haja a destruição física do homem; “a psique, o caráter e a individualidade parecem, em certas circunstâncias, manifestar-se apenas pela rapidez ou lentidão com que se desintegram”. Consequentemente, indivíduos inanimados são criados, incompreendidos psicologicamente, cujo retorno ao mundo psicologicamente humano (ou inteligivelmente humano) se assemelha à ressurreição de Lázaro. A autora ainda completa, afirmando que “a destruição dos direitos de um homem, a morte de sua pessoa jurídica, é a condição primordial para que seja inteiramente dominado”.¹³

Giorgio Agamben, utilizando-se do conceito de biopolítica desenvolvido por Michel Foucault, e das análises de Hannah Arendt sobre o poder totalitário e sobre o processo que leva o *animal laborans* a ocupar paulatinamente o cenário da política moderna, apresenta, em sua obra *Homo Sacer*, o corpo do cidadão sob o ponto de vista biopolítico, que ocupa um espaço essencial nos mecanismos do poder estatal. Reunindo, portanto, as concepções dos dois autores, Agamben conclui que os lugares por excelência da biopolítica moderna são o campo de concentração e a estrutura dos grandes estados totalitários dos noventa.¹⁴

O autor revela como de fato atua a ideologia de um sistema político, em contraponto à tendência política penal atual, marcada pela oposição entre amigo e inimigo. O ingresso do fato de viver (vida natural) na vida qualificada, simbolizado pela politização da vida nua, parece ser, inclusive no que se refere ao sistema penal, o fenômeno decisivo da modernidade.¹⁵ Esta antiga idéia de politização da vida nua,

¹² CHRISTIE, Nils. **A indústria do controle do crime**: a caminho dos GULAGs em estilo ocidental. Rio de Janeiro: Forense, 1998, p. 4-5.

¹³ ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 491-502.

¹⁴ AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer**: el poder soberano y la nuda vida. Valencia: Pre-Textos, 2006, p. 06.

¹⁵ Idem, p. 13-14.

a qual culmina na animalização do homem, foi por Agamben descrita em uma figura do direito romano: o *homo sacer*. Este homem sagrado seria quem o povo julgou por um delito, não sendo lícito sacrificá-lo, em que pese a não acusação por homicídio daquele que o mata. Assim, a figura desse homem que se pode sacrificar impunemente é um exemplo da vida nua que se pode matar de maneira lícita, pelo fato de estar em uma zona de indiferença. É uma vida, portanto, sacrificável.¹⁶

Em relação à zona de indiferença, esta pode ser considerada como um espaço biopolítico, em que a vida nua é o campo em que atua o poder soberano, sem que haja limites de resistência. Representa o estado de natureza, um estado de exceção, no qual o poder estatal, ao administrar a vida nua e a liberdade, as exclui. Assim, o soberano, no espaço biopolítico, tem a faculdade de dispor da vida nua, suprimindo-a ou excluindo-a do Direito.

Aprofundando o conceito “afirmativo-descritivo de um direito penal do inimigo, deparamo-nos com a constância de um paradigma de inimizade ôntica (*hostis alienígena*) no decorrer da história da civilização ocidental e com sua condição sendo ditada pela conveniência política.” O status de pessoa é subtraído daquele cuja existência não convém; a formação do inimigo “ocorre na seleção de bens jurídicos relevantes a serem protegidos, na eleição dos autores em potencial do desrespeito à norma, na previsão do próprio procedimento processual a ele imposto, ou seja, ela é muito anterior à prestação jurisdicional.” O modelo político deste novo exercício de poder assume estrategicamente o fenômeno da criminalidade como questão considerável para uma agenda político-punitiva, como justificativa para a implementação de uma forma nova de se governar, qual seja, através do crime.¹⁷

No Brasil, o fenômeno da Lei dos Crimes Hediondos é um dos casos mais emblemáticos de uma lei extremamente punitivista, derivada da opinião pública, criada como um instrumento de administração pública, pautada por esta forma de governo fundada no crime, urgência e na exceção. A Constituição 1988, na redação do art. 5º, XLIII, já delimitava que crimes tidos como hediondos estariam insuscetíveis a determinados benefícios processuais. Merece destaque a incongruência, em relação à técnica legislativa empregada, verificada a partir desta

¹⁶ Idem, p. 112.

¹⁷ FRANÇA, L.A. Governando através do crime: Anotações sobre o tragicômico fenômeno da lei dos crimes hediondos. **Tipo: Inimigo**. Curitiba: FAE Centro Universitário, 2011, p. 91.

previsão: inclui-se um critério de cerceamento de direitos e garantias individuais em um rol de direitos e garantias fundamentais.

Dois anos após a previsão constitucional, é publicada a Lei dos Crimes Hediondos (Lei nº 8.072/1990)¹⁸, na qual eram conceituados como hediondos crimes já tipificados anteriormente, quais sejam: o “latrocínio, extorsão qualificada pela morte, extorsão mediante sequestro, estupro, atentado violento ao pudor, epidemia com resultado morte, envenenamento de água potável ou de substância alimentícia ou medicinal, qualificado pela morte, genocídio.” As penas de cada um desses crimes também foram majoradas, e determinadas suas insuscetibilidades quanto à “anistia, graça, indulto, fiança, liberdade provisória, progressão de regime, sequer de se recorrer de decisão condenatória em liberdade.”

No ano de 1992, a ascendente atriz Daniella Perez é assassinada por seu colega de trabalho Guilherme de Pádua e sua esposa, Paula Thomaz. Uma campanha nacional de condenação dos culpados é iniciada, juntamente a “uma cruzada moral para a inclusão do crime de homicídio qualificado no rol dos crimes hediondos”, encabeçada pela mãe da atriz, Glória Perez. Cumpre lembrar a impossibilidade jurídica de a reforma da lei atingir os acusados, tendo em vista o princípio que veda a *reformatio in pejus*. De qualquer forma, foram reunidas mais de um milhão de assinaturas, alcançando-se a desejava reforma com a promulgação da Lei nº 8.930/1994.

Outro fato determinante para a evolução da referida lei merece destaque. Em 07 de abril de 1997, foi promulgada a Lei nº 9.455, que define e estabelece penas para os crimes de tortura. O § 7º do artigo 1º, dispõe que o condenado por crime de tortura, salvo os casos de omissão dos que tinham por dever evitar ou apurar as condutas (§ 2º), *iniciará* o cumprimento da pena em regime fechado. Já o § 1º do artigo 2º da Lei nº 8.072/1990 (Crimes Hediondos) excluía a progressão de regime para os condenados, devendo a pena ser cumprida integralmente em regime fechado. Evidenciou-se então uma contradição normativa, vez que o crime de tortura, que se equipara constitucionalmente e no caput do artigo ao crime hediondo trouxe a possibilidade da progressão de regime no cumprimento da pena.

¹⁸ BRASIL. **Lei n. 8.072, de 25 de julho de 1990.** Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8072.htm > Acesso em 10 fev, 2014.

Diante do evidente desrespeito à individualização da pena e da readaptação do condenado, o Supremo Tribunal decidiu, por maioria de votos, pela inconstitucionalidade da restrição de progressão de regime da Lei dos Crimes Hediondos. Todavia, em 28 de março de 2007, publicou-se a Lei nº 11.464, a qual excluiu a vedação à concessão da liberdade provisória, determinando que o cumprimento da pena se iniciasse em regime fechado, sendo a progressão de regime permitida após o cumprimento de 2/5 da condenação, se réu primário, e 3/5 se reincidente, em uma clara afronta à decisão da suprema corte anteriormente relatada.

Ao instituir regras mais severas no que tange ao regime de cumprimento da pena, a Lei nº 11.464/2007 recai apenas sobre os crimes hediondos e equiparados cometidos após 28 de março de 2007; os fatos anteriores a essa data estão sujeitos ao Código Penal e à Lei de Execução Penal, em decorrência da decisão proferida no Habeas Corpus 82.959-7/SP, o qual declarou a inconstitucionalidade do artigo 2º, §1º da Lei nº 8.072/1990.

Fato é que a Lei dos Crimes Hediondos permanece vigente, em que pese dados estatísticos fornecidos pelo “Instituto Latino Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente” denunciarem sua ineficácia em relação a inúmeros crimes, cujas incidências inclusive aumentaram significativamente, como nos casos de estupro, homicídio e tráfico de entorpecentes.

Desta feita, a Lei dos Crimes Hediondos revelou ser um instrumento essencial de governabilidade, no caso através do crime, que se assentou sobre a política de inimizade mediante à “frontalidade de sua redação” e à “combatividade das penas”. Esta última, por sua vez, diz respeito à substituição da legislação penal por uma legislação de luta, observada a partir da análise tanto das novas redações típicas, como das ações policiais, e das políticas públicas de segurança, como a guerra às drogas e a guerra ao terrorismo.¹⁹

A guerra ao terrorismo, em particular, tem ganhado gradativa força em todo mundo após o atentado aos Estados Unidos em 11 de setembro de 2001, e em nosso país, especialmente após a onda de protestos que tomaram as ruas de

¹⁹Idem, p. 83-92.

inúmeras cidades a partir do mês junho de 2013. Busca-se aqui o combate ao inimigo interno, representado no caso brasileiro pelos manifestantes, por meio da propositura de leis que visem criminalizar suas condutas, como o projeto de Lei antiterrorismo 499/13, objeto de estudo do presente trabalho.

1.2 Estado de exceção e Totalitarismo Modernos

Comparar o saber penal nacional-socialista com a teoria de Jakobs Gunther, imputando a este o resgate de doutrinas totalitárias, serve, além de crítica, como alerta para fato de que o desenvolvimento coerente da periculosidade, até suas últimas conseqüências, pode conduzir aos campos de concentração, ou ainda à normalização do estado de exceção.²⁰

Luigi Ferrajoli sustenta que a guerra não corresponde de fato a um direito originário, considerando-se um Estado não absoluto, e sim democrático e de direito. Assim, a guerra interna não seria justificável perante qualquer ameaça à segurança governamental ou nas ânsias do poder constituído, mas tão somente diante de um perigo que não possa ser enfrentado de outra maneira, que comprometa a sobrevivência do Estado e dos seus ordenamentos fundamentais. Tanto a democracia como o Estado de direito se caracterizam na verdade pela “rigidez normativa dos meios de repressão ou de tutela dos desvios”, e, por conseguinte, comportam preços e riscos maiores. Segundo o autor, aberto já o caminho da emergência como imprescindível para a defesa do Estado, contra o terrorismo e contra si mesmo, que se tivesse

ao menos a coragem e a honestidade de admitir que uma tal resposta ao perigo subversivo era uma resposta fora da lei, como são sempre as respostas de guerra, para não corromper desta maneira os princípios garantistas do direito penal, que é essencialmente um instrumento de paz.

Domina no mundo político e na cultura jurídica a tese de que o estado de direito e as garantias são plenamente respeitadas, sendo que o direito penal de exceção é perfeitamente coerente com as Constituições. Torna-se difícil, com esse atrelamento, o retorno à normalidade, tendo a diferença entre normalidade e

²⁰ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. op. cit., p. 104.

exceção diminuído notadamente. As leis de emergência e, sobretudo, sua ambígua legitimação criaram um sentido comum que permanece inalterado. Assim, tornou-se assentado, no decorrer dos anos, que as leis excepcionais são no seu conjunto necessárias politicamente e legítimas constitucionalmente; e que portanto, “as garantias processuais de liberdade e de verdade servem para os tempos e os processos ordinários e não para aqueles extraordinários; que em tema de justiça o fim justifica os meios, porque os meios não contam e podem ser mudados ou substituídos aleatoriamente.”²¹

O totalitarismo moderno define-se para Agamben, em sua obra “Estado de Exceção”, como sendo a instauração de uma guerra civil legal, através do estado de exceção, que permita a eliminação física tanto dos adversários políticos como de categorias inteiras de cidadãos que se mostrem de alguma maneira não integráveis ao sistema político vigente. Dessa forma, a criação voluntária de um estado de emergência permanente, mesmo que não assim declarado em sentido técnico, tornou-se prática essencial dos Estados contemporâneos, inclusive daqueles denominados democráticos. Na contemporaneidade, o estado de exceção deixa de ser uma medida extrema do governo e perde seu caráter de emergência, passando a ser vislumbrado como normalidade, como elemento constitutivo da ordem jurídica.

22

A obra também contempla conhecimentos acerca da Força-de-lei. A contradição da palavra lei é pois, colocada e evidência, indicando que, no estado de exceção, a força existe a partir da suspensão da aplicação da lei. Agamben expõe as diferenças existentes entre o conceito schmittiano de “ditadura comissária”, que é aquela que “suspende de modo concreto a constituição para defender sua existência”, na qual a aplicação da constituição pode ser suspensa sem que ela deixe necessariamente de estar em vigor, e de “ditadura soberana”, que é aquela que não se limita a suspender a constituição vigente com base em direitos nela contemplados, mas objetiva a criação de um estado de coisas em que se torne possível a imposição de uma nova Constituição. Por fim, conclui que o aporte

²¹ FERRAJOLI, Luigi. **Direito e Razão**: Teoria do Garantismo Penal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002, p. 665-668.

²² AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004. p. 13.

científico da teoria schmittiana é a possibilidade de articulação entre o estado de exceção e a ordem jurídica.²³

O autor utiliza-se do paradigma romano para assentar sua análise do estado de exceção. Naquele modelo, o fundamento é o *iustitium* e o estado de exceção não é definido como modelo ditatorial (constitucional ou inconstitucional), mas sim como um espaço anômico, vazio e uma interrupção do direito, em que todas as determinações jurídicas encontram-se desativadas, inclusive a distinção entre público e privado. Agamben, afirmando que o “estado de necessidade não é um ‘estado do direito’, mas um espaço sem direito (mesmo não sendo um estado de natureza, mas se apresenta como a anomia que resulta da suspensão do direito)” rebate ou visa rebater a argumentação de Schmitt de que o estado de exceção se fundamenta em um contexto jurídico e em um estado de necessidade.

Nesse íterim, a ideia de uma força-de-lei corresponde a essa “indefinibilidade e a esse não-lugar”. A força-de-lei, separada paradoxalmente da lei, o *imperium* flutuante, a vigência sem aplicação e a ideia de uma espécie de ‘grau zero’ da lei, “são algumas das tantas ficções por meio das quais o direito tenta incluir em si sua própria ausência e apropriar-se do estado de exceção, ou, no mínimo, assegurar-se uma relação com ele”.²⁴

Agamben retoma a questão do *iustitium*, termo romano que utiliza para apresentar seu estado de exceção, que significa interrupção, suspensão do direito. É utilizado na obra, entre outras perspectivas, como uma contingência à festa, luto e anomia, períodos que são caracterizados, frequentemente, por uma suspensão e uma alteração de todas as relações sociais.²⁵

Para o autor, o estado de exceção atingiu hoje seu máximo desdobramento planetário. Nesse contexto, o aspecto normativo do direito pode ser “impunemente eliminado e contestado por uma violência governamental que, ao ignorar no âmbito externo o direito internacional e produzir no âmbito interno um estado de exceção permanente, pretende, no entanto, ainda aplicar o direito.” Assim, torna-se impossível o retorno do estado de exceção efetivo em que estamos inseridos ao

²³ Idem. p. 53-58.

²⁴ Idem. p.75-80.

²⁵ Idem. p. 101-102

estado de direito. Isso já que os próprios conceitos de “estado” e “direito” estão em questão agora.

Porém, se é possível deter a máquina, é porque não existe nenhuma articulação substancial entre violência e direito, vida e norma. Para a corrente que os tenta manter correlacionados, há uma contracorrente que tenta separar o que foi ligado artificial e violentamente. O estado de exceção, aqui, representa o ponto de maior tensão entre essas duas forças, a que institui e que põe e a outra que desativa e depõe; e concomitantemente, aquele que, coincidindo com a regra, ameaça tornar essas forças indiscerníveis. Por fim, “viver sob o estado de exceção significa fazer a experiência dessas duas possibilidades e entretanto, separando a cada vez as duas forças, tentar, incessantemente, interromper o funcionamento da máquina que está levando o Ocidente para a guerra civil mundial.”²⁶

Nas palavras de Boaventura dos Santos²⁷,

Em relação ao Estado de Exceção, o fascismo social está eliminando os direitos sociais e econômicos, é o resultado do desmoronamento dos direitos sociais, e neste momento há também um ataque aos direitos civis e políticos. Já não são somente os sociais e econômicos, são todos. E nesse novo Estado de Exceção, tal como há política democrática e fascismo social, não há suspensão das liberdades, a Constituição está em vigor, mas há um novo Estado de emergência que se assenta na idéia de que sua legitimidade se baseia hoje na governabilidade, ou seja, na possibilidade de governar sociedades que são cada vez mais ingovernáveis. Está se criando a idéia de que o governo tem de se defender de atores hostis que estão fora e dentro do sistema, e podem ser cidadãos ou organizações – o que se chama de inimigo interno. Surge um direito penal do inimigo (já teorizado na Alemanha) totalmente distinto do direito penal dos cidadãos. Toda a legislação antiterrorista é parte desse processo de atuar contra o inimigo interno

Outra dimensão, segundo o autor, repousaria na existência de serviços secretos em diversos países e no controle de dados pessoais. Esse novo estado de exceção ostenta a luta contra a privacidade, sendo clara a existência de um controle

²⁶ Idem. p.131-132.

²⁷ SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 112-114.

global contra o correio eletrônico, por exemplo, que analisará a articulação das palavras-chave constantes dos e-mails enviados, por meio de uma investigação eletrônica e depois, manual.

Aponta ainda como aspecto do Estado de exceção o crescimento das políticas privadas, os bairros fechados. O fascismo social também se caracteriza pela divisão das cidades em “zonas civilizadas” e “zonas selvagens”. O mesmo Estado e a mesma polícia que matam cotidianamente nas “zonas selvagens” são aqueles que ajudam as crianças a atravessarem as ruas nas “zonas civilizadas”. O mesmo Estado, com o mesmo treinamento e intensidade, facilita ou reprime. Torna-se no caso visível a faceta do Estado de exceção através da observância das articulações contra os direitos humanos entre polícias privadas e polícia pública.

O conceito de Estado de Exceção é abordado por Walter Benjamin conjuntamente à questão da emergência do fascismo e do nazismo no século XX, e tratado precisamente em sua oitava tese das “Teses sobre o Conceito de História”:

A tradição dos oprimidos nos ensina que o ‘Estado de Exceção’, no qual nós vivemos, é a regra. Precisamos atingir um conceito de história que corresponda a isto. Então teremos diante de nós como nossa tarefa provocar o efetivo Estado de Exceção; e deste modo melhorará a nossa posição na luta contra o fascismo. A sorte deste depende não em última instância, que seus opositores lutem contra ele em nome do progresso como uma norma histórica. – A admiração de que as coisas que nós vivenciamos ‘ainda’ são possíveis no século XX, não é filosófica. Ela não está no início de um conhecimento, a não ser de que a idéia de história, de onde ela provém, não pode mais ser sustentada.²⁸

Benjamin aborda no excerto acima transcrito, justamente a adjacência entre Estado de Direito e Estado de exceção. Entende o autor que o Estado de exceção impera nas sociedades contemporâneas ocidentais, o que pode ser observado pela constatação do uso da violência sistemática contra camadas específicas da população, bem como pela exclusão política e social a que são submetidas. Dessa forma, os Estados burgueses seriam, para Benjamin, necessariamente, Estados de Exceção. A diferença então percebida entre estes Estados e o nacional-socialista

²⁸ BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. **Obras escolhidas I: Magia e Técnica, Arte e Política**. Trad. S.P. Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 226.

alemão é a representação deste último como um exemplo extremado de uma forma de organização política, na medida em que se ampliou a mesma violência e exclusão política já setorizadas, passando-se a compreender as mais diversas classes da sociedade, indistintamente.

Ao discorrer sobre os Estados nazistas, e especificamente como Auschwitz expôs a transformação do núcleo duro do totalitarismo em ação ordinária, Vladimir Safatle define o totalitarismo não somente como um “aparato político fundado na operação de uma violência estatal que visa a eliminação de todo e qualquer setor da população que questiona a legalidade do poder, violência que visa criminalizar sistematicamente todo discurso de questionamento”. Ele funda-se em uma violência mais brutal do que a eliminação física, a violência simbólica, a violência da imposição do desaparecimento do nome. A operação sistemática de retirar o nome daquele se opõe e de transformá-lo em inominável cuja voz e demandas não são mais objeto de referência alguma está no âmago de todo totalitarismo. O inominável no caso, ao invés de um nome, uma “designação inominável” incumbida de isolá-lo em um isolamento sem retorno.

Dentre as designações possíveis, “subversivo”, “terrorista”. Aceita assim esta designação, nada mais se falará do designado, por ser simplesmente impossível falar com ele, uma vez que ele no fundo nada falaria, sendo os simulacros de sons e argumentos que ele chama de fala permeados por muito fanatismo, suas intenções permeadas de ressentimento e suas ações de niilismo. Assim, haveria apenas e muito o “nada”, e estaria ele reduzido àquele colocado na exterioridade à condição de inominável sem retorno ou salvação.

No caso brasileiro, interessante perceber que o argumento de que não houve no país tortura e assassinato como política de segurança do Estado durante o período ditatorial, é enunciado concomitantemente com o argumento de que houve sim tortura e assassinato, mas em um contexto de guerra contra “terroristas”, os quais queriam transformar o país em uma “sucursal do comunismo internacional.”

Costuma-se assim, valer-se da justificativa de que o “outro lado” não era composto por inocentes.²⁹

Edson Teles, em um retomado histórico, relembra que a Guerra Fria incrementou o uso permanente das declarações de Estado de exceção, substituindo-as por doutrinas de segurança nacionais e técnicas de governo. A Doutrina de Segurança Nacional surge no Brasil nas Forças Armadas através do contato com militares norte-americanos, desde as ações da Força Expedicionária Brasileira (FEB), na Segunda Guerra Mundial. A Escola Superior de Guerra (ESG) ficou encarregada de sua elaboração e divulgação em discurso ideológico, e antes mesmo do golpe de 1964 já articulava os vínculos entre empresários e militares, sendo criado em seguida o Serviço Nacional de Informações (SNI), “fortalecendo o setor que viria a ser peça-chave do regime”.³⁰

Em nosso país, há uma identificação quase automática entre Estado de exceção e ditadura militar, e pouco aprofundamento na questão referente ao *topos* da exceção na política democrática. O “estado de necessidade” constitui o argumento de fundamentação do Estado de exceção, “uma razão maior do que as estabelecidas pelo ordenamento político e, especialmente, o jurídico. Por se localizar em um espaço indefinido entre a rua e a instituição, ou entre a política e o direito, tem-se dificuldade de reconhecer sua presença na democracia.”³¹

Destaca por fim, que o Estado de exceção é um resquício da ditadura em nossa democracia, ao passo que “expõe uma indistinção entre o democrático e o autoritário no Estado de direito”.³² A violência decorrente de um contexto político, os traumas da ditadura no caso brasileiro, mantêm-se hoje operantes através dos atos de tortura ainda praticados nas delegacias; ou na suspensão dos atos de justiça constantes do simbolismo da anistia, válida para as vítimas e para a resistência armada, mas também para os torturadores.

²⁹ SAFATLE, V. Do uso da violência contra o Estado ilegal. **O que resta da Ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 238- 242.

³⁰ TELES, E. Entre Justiça e violência: Estado de Exceção nas democracias do Brasil e da África do Sul. **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 299-316.

³¹ Idem.

³² Idem.

As democracias recentes surgem como herdeiras de regimes autoritários ou totalitários, a exemplo dos países do Leste Europeu pós governos pró-soviéticos e das poucas democracias após o colonialismo tardio asiático e africano. Semelhante processo ocorreu na América Latina, em que o fim das ditaduras militares marcou a origem da política democrática.³³

Paulo Eduardo Arantes, baseando-se na linha evolutiva traçada por Agamben, assevera que o deslocamento de uma medida excepcional para uma técnica de governo, e a crescente indistinção entre os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, culminou em uma indeterminação entre democracia e soberania absoluta, legalidade formal e Estado de direito. Diante das instituições coercitivas conhecidas e do período de normalidade pós-ditadura, é possível se falar abertamente da vigência, no cenário latino-americano, de um não Estado de direito em uma região, em que pese, reconstitucionalizada. No Brasil, após a ditadura, a criação voluntária de um Estado de emergência permanente tornou-se prática essencial do Estado que dela adveio, ainda que não exista uma declaração técnica nesse sentido.³⁴

Diante de todo o exposto, observa-se na contemporaneidade a expansão do Estado de Exceção como forma de exercício político e administração governamental, tendo como decorrência a falência do Estado Democrático de Direito, e uma conseqüente ameaça à democracia. Assim, podemos afirmar que a técnica do Estado de Exceção é excludente, ao passo em que pretende abandonar aqueles condenados à existência apenas biológica, aos quais os direitos fundamentais ou qualquer componente da cidadania são inacessíveis. Em suma, os que serão tidos como inimigos perante a sociedade, submetidos a uma legislação penal excepcional, em desconforme com os preceitos constitucionais, exemplificados no presente trabalho com os manifestantes sociais, nos atual projeto de lei antiterrorismo (PLS 499/2013).

³³ Idem.

³⁴ ARANTES, P. E. 1964, O no que não terminou. **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 214-225.

1.3 As concepções de Terrorismo

1.3.1 *Terrorismo: Um termo indefinido*

Primeiramente, cumpre esclarecer que qualquer tentativa de definir objetivamente o termo “terrorismo” daria margem a mais de uma interpretação. As definições, por conseguinte, representam posicionamentos e interesses políticos, ao passo que se classifica alguns atos ou organizações como terroristas, e simultaneamente, justificam-se outros atos com base em uma suposta legalidade.

A temática é recorrente no meio acadêmico e midiático, especialmente a partir de 11 de setembro de 2001, em que passou a ser pauta no âmbito das relações internacionais. O mundo todo presenciou, assim, o início da “guerra ao terror”, promovida pelos Estados Unidos. Como pontua Hobsbawm, com a afirmação de uma política unilateral sobre o mundo, o país condenou formalmente as regras e convenções anteriormente aceitas referentes aos conflitos internacionais. E, assim, reservou-se o direito de conduzir guerras de agressão e demais operações militares sempre que o desejasse.

A globalização dessa “guerra” somada à retomada das intervenções armadas estrangeiras por parte da grande potência, tornaram as ações de combate ao terrorismo mais difíceis e complexas. Para Hobsbawm, o perigo real do terrorismo não reside no risco causado por alguns poucos e anônimos fanáticos, mas no medo irracional que suas atividades provocam, encorajado intensamente tanto pela imprensa quanto pelos governos de Estado. Este sim seria um dos maiores perigos do nosso tempo, certamente maior do que o dos pequenos grupos terroristas.³⁵

Um dos pontos primordiais na discussão sobre a noção de “Guerra ao Terror” repousa na definição do inimigo, e por conseguinte, na classificação do terrorismo. Importa notar que não há uma conceituação oficial dos órgãos internacionais sobre o assunto, e os países apresentam posicionamentos distintos, inclusive entre seus departamentos internos. Gérard Chaliand, especialista em terrorismo e assimetrias e Arnaud Blin, historiador, tentam explicar o conceito a partir da etimologia da palavra terrorismo. Esta advém do terror, do latim “terrere”, cujo significado é “fazer tremer”.

³⁵ HOBBSAWM, Eric J. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p.13-14.

Todas as sociedades despóticas seriam fundadas sobre o medo, segundo os autores, a exemplo do primeiro Império Mesopotâmico de Sargão de Acádia (2300 – 2215 a.C) e o primeiro império militar da antiguidade, o dos Assírios. Os autores visam, através destes exemplos, confrontar a ideia de que a palavra terror passou a ser utilizada na política somente a partir da Revolução Francesa.³⁶

Após setembro de 2001, os problemas para a definição do termo “terrorismo” tornaram-se ainda mais flagrantes, sendo que mesmo tendo o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) adotado uma série de medidas legais, com sérias consequências, visando o seu combate, não logrou êxito, no entanto, em definir seu significado.³⁷ Como bem aponta Resende:

Os atentados de 11 de setembro teriam provocado uma crise orgânica ao desestabilizarem os significados e as representações que davam sentido à realidade e aos indivíduos. A experiência de perda de sentidos estaria na origem de um trauma coletivo: Noções elementares do tipo “quem somos nós?”, “que mundo é este?” e “para onde vamos?” foram perdidas. A superação do trauma exigiu a reestabilização dos sistemas de significação rompidos em 2001, em especial aqueles que davam sentido à realidade da coletividade. Nesse sentido, interpretamos a “Guerra ao Terror” como uma tentativa de recompor os sentidos de americanidade, razão pelo qual suas articulações seriam autorreferentes

Autorreferentes vez que compõem um discurso articulado por americanos sobre a América e os americanos em oposição a tudo que seja não-América e não-americano. O autor completa que, ao construir o “outro” como força antagonista, a “Guerra ao Terror” assegura e legitima o significado da identidade nacional com base em estratégias de disseminação de medo e ansiedade quanto a este “outro”.³⁸

Logo, o terrorismo converte-se em problema quando a ofensa é dirigida a nós e não aos outros, lembrando que “nós” e “outros” não estão contemplados por uma classificação rígida. São referências que se alteram consoante as conveniências

³⁶ CHALIAND, Gerard e BLIN, Arnaud. **The history of terrorism: from Antiquity to Al-Qaeda**. Londres: University of Carolina press, 2007, p. 07-08.

³⁷ SAUL, Ben. **Attempts to Define ‘Terrorism’ in International Law**. Netherlands International Law Review. v. 52, 2005. p. 57-83.

³⁸ RESENDE, E. S. A. **As condições de possibilidade da guerra ao terror: americanidade e puritanismo nas práticas discursivas da política externa norte americana no pós onze de setembro**. Porto Alegre: Século XXI: revista de Relações Internacionais, v. 2, n. 2, p. 31-54, jul/dez. 2011.

estratégicas em combate. Aliado dos Estados Unidos no contexto da luta contra o modelo soviético, o Taliban, por exemplo, transformou-se posteriormente no “outro”, no alvo a ser exterminado. Exterminado não somente como um adversário político, mas também enquanto raça, pela ameaça que representa. É o inimigo a ser dizimado.

Essa noção da alteridade, trabalhada por Michel Foucault³⁹, associa-se ao racismo de Estado. O racismo é entendido pelo autor como a separação entre aquilo que deve viver e o que deve morrer, caracterizado pela hierarquia entre as raças, as quais são distinguidas entre superiores e inferiores. E é ele, no âmbito da biopolítica, o responsável por redimensionar a noção guerreira de que para viver é preciso matar, exterminar o outro, exercendo-se o controle biológico da espécie. Em suma, a sociedade soberana tem como princípio a necessidade da morte para se poder viver, a qual remete à idéia de segurança individual.

A morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria a minha segurança pessoal; a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura.

Na contemporaneidade, o fenômeno dito “terrorismo” importuna na medida em que evidencia a fragilidade do Estado frente a essas ações. Os recursos mobilizados em nome de seu combate não são justificáveis ao analisarmos o número de vítimas ou o pânico decorrente dos atentados. As guerras de Estado e a violência criminal vitimam muito mais. Destarte, o terrorismo é uma ameaça maior pelo que representa diante do Estado do que propriamente uma ameaça à segurança dos indivíduos. Esta vulnerabilidade efetiva vincula-se, por sua vez, às noções de prevenção e segurança.

Nesse ínterim, a prevenção emerge como uma proposta para se reduzir a condição de vulnerabilidade, ao passo que se apresenta como norte nos discursos de segurança, tanto no plano pessoal como no institucional. Não obstante, independentemente das medidas de prevenção tomadas, estas jamais serão

³⁹ FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 304-305.

eficazes na eliminação da vulnerabilidade, permanecendo utópico o ideal de segurança.⁴⁰

Em que pese a preocupação com ameaças externas, há também outras maneiras de violência que o Estado visará conter, utilizando-se da idéia da existência também de um “terrorismo interno”, o qual justificaria o uso abusivo de sua força. Este potencial terrorismo, perpetrado por grupos de “baderneiros”, manifestantes de rua e profissionais em greve, ou quem estiver na contramão dos interesses estatais, será combatido pelo Estado e assumirá o papel de inimigo. Trata-se, portanto, de um extremo grau de violência simbólica, potencializada pelo receio da violência ainda superior por parte dos aparelhos estatais, propositalmente elevada a fim de que sirva de exemplo aos demais cidadãos. Ademais,

O terrorismo não é, como frequentemente se quer fazer crer, um fenômeno novo, sem precedentes. É verdade que o termo remonta há uns duzentos anos, enquanto a ‘filosofia da bomba’ é, como se sabe, de data mais recente. No entanto, é quase desnecessário lembrar a ocorrência sistemática de assassinios políticos através da história. O terrorismo assume várias formas, servindo-lhe de motivação a revolta política, o levante social e o protesto religioso. Tem sido praticado por pequenos grupos hostis ou até por pessoas individualmente contra seus inimigos políticos.⁴¹

Por fim, importa recordar que o termo “terrorismo” admitiu concepções distintas ao longo dos últimos séculos. O vocábulo, ora empregado para designar o uso da opressão na garantia da ordem social estabelecida pela Revolução Francesa, passou a identificar a utilização da violência em atos de protesto de autoria de movimentos sociais, anarquistas, políticos ou dos próprios Estados. E essa evolução da noção de terrorismo demonstra a complexidade e dificuldade em defini-la precisamente, tanto no âmbito do direito interno quanto no internacional.⁴²

⁴⁰ LAQUEUR, Walter. **Reflexões sobre o terrorismo**. Diálogo, Rio de Janeiro: Lidador, 1987, v.20, n.4, trad. Mário Salviano Silva, p.146.

⁴¹ LAQUEUR, W., op.cit., p. 26.

⁴² PELLET, Sarah. A ambigüidade da noção de terrorismo. In: BRANT, Leonardo Nemer Caldeira (coord.)

Terrorismo e direito. Os impactos do terrorismo na comunidade internacional e no Brasil. Rio de Janeiro: Forense, 2003. p. 14.

1.3.2 Se há que se falar em terrorismo no Brasil, há que se falar em terrorismo de Estado.

Ao se falar em terrorismo de Estado, deve-se considerar também as inúmeras formas de violência perpetradas pelos Estados modernos, através do controle biopolítico das sociedades e da promoção do medo generalizado e de crimes contra seu próprio corpo social, de maneira truculenta ou deliberadamente omissiva. Ressalta-se que os instrumentos jurídicos garantem esta prerrogativa, incluindo-a aos códigos legais. Nas palavras de Passetti, são Estados fundamentados “numa razão universal, convivendo com terrorismos pelo alto e combatendo os terrorismos de abaixo”.⁴³

O conceito de fascismo como um fenômeno característico apenas do nazi-fascismo clássico necessita ser desmistificado. No Brasil, o Golpe de 1964 possuiu também aspectos fascistóides; sobressaindo-se dentre estes o denominado “terrorismo de Estado”.⁴⁴ Diferem-se, entretanto, na instrumentalização dos mecanismos de dominação. No caso dos fascismos clássicos, buscou-se a disseminação do sentimento nacionalista, prioritariamente através da propaganda; ao passo que no Brasil, como em toda a América Latina, de maneira menos refinada, abusou-se do autoritarismo e do totalitarismo. Assim, em nosso país, a guerra civil e o terrorismo de Estado ocuparam um lugar privilegiado, em detrimento da doutrinação de massa.

Nesse contexto, preconizou-se a idéia de internalização da guerra, sob o argumento de que se intentava combater um inimigo externo, representado pelo comunismo internacional, que contava com seu exército já disseminado dentro da sociedade brasileira. E, assim, consolidou-se um dos componentes do terrorismo de Estado, qual seja o implemento do pânico generalizado, com a conseqüente perda da já mencionada segurança utópica.⁴⁵

Durante o período ditatorial civil-militar brasileiro, entre os anos de 1964 e 1985, o terrorismo estatal tornou-se ferramenta de controle e perpetuação do poder

⁴³ PASSETTI, E. & OLIVEIRA, S. [orgs.] **Terrorismos**. São Paulo: EDUC, 2006, p. 101.

⁴⁴ KONDER, Leandro. **Introdução ao Fascismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1991, p. 06

⁴⁵ FON, Antônio C. **Tortura: a história da repressão política no Brasil**. São Paulo: Global. 6ª ed, 1981, p.27-31.

das classes dominantes, exercido em prol da ordem e apresentado sob uma feição de legitimidade. Todas as medidas repressivas, preventivas, de exceção, assim como torturas, censuras e prisões eram justificadas em nome da “Segurança Nacional”, e ratificadas por um aparato jurídico condizente, sendo intensificadas com a decretação do famigerado Ato Institucional nº 5, que garantiu impunidade aos agentes da repressão. Lê-se em seu artigo 11: “excluem-se de qualquer apreciação judicial todos os atos praticados de acordo com este Ato Institucional e seus Atos Complementares, bem como os respectivos efeitos”. Em dezembro de 1978 extinguiu-se o AI-5, muito embora alguns de seus dispositivos tenham sido, ao longo dos dez anos de sua vigência, inseridos na Constituição Federal e na Lei de Segurança Nacional.⁴⁶

Além disso, imprescindível ressaltar que o debate acerca do dever de memória (em relação aos ocorridos durante o período ditatorial) caminha a passos lentos no Brasil. Observa-se, por exemplo, a reação de setores do Supremo Tribunal Federal a respeito da discussão sobre a modificação da interpretação da Lei de Anistia (Lei nº 6.683), que em seu artigo 1º, parágrafo II diz: “Excetuam-se dos benefícios da anistia os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal”. A discussão propôs lembrar que sequestros e atentados pessoais de autoria dos membros do regime militar nunca foram objeto de anistia, nem ao menos na lei autoconcedida pelos próprios, e que uma lei que discorre sobre crimes de terrorismo não se pode furtar ao enquadramento de crimes de terrorismo de Estado.

Entretanto, chegou-se a evocar no Supremo o artigo 5º, inciso 44, da Constituição, a fim de justificar que, se os militares fossem julgados, então assim deveriam ser também os antigos membros da luta de resistência. O texto do referido artigo constitui a ação de grupos armados contra a ordem constitucional e o Estado democrático como crime inafiançável e imprescritível. Destarte, com a compreensão de que seria possível a condenação daqueles que lutaram pela derrocada do regime militar, negligenciou-se a diferença estrutural entre um Estado ditatorial e um Estado democrático de direito.⁴⁷

⁴⁶ TELES, E. op. cit. p 305.

⁴⁷ SAFLATE, V. op. cit. p. 242-244.

Transpondo-se a questão do terrorismo de Estado para o momento corrente, em que sediamos a Copa do Mundo, verifica-se uma generalização e intensificação do que se pode denominar “democracia dos massacres”. O Brasil apresenta uma população carcerária de cerca de 600 mil pessoas, majoritariamente composta por pobres, jovens, negros e negras; sustenta polícias militares que os matam sistematicamente, amparadas pelos “autos de resistência”; conta, além disso, nos 25 anos de Constituição cidadã, com mais de 10 mil desaparecidos. É um país que tem na sua história recente, pós ditadura, uma longa lista de chacinas e massacres. A exemplo, cita-se o do Carandiru, em 1992, em 111 detentos foram mortos pela Polícia Militar de São Paulo; a chacina da candelária, em 1993, que contabilizou oito jovens mortos, cuja autoria dos crimes foi atribuída a policiais militares do Rio de Janeiro; os crimes de Maio, de 2006, que chegaram à estarrecedora marca de 493 vítimas, perpetrados, em sua maioria, também por agentes estatais; e o recente massacre do complexo da Maré, em 2013, que vitimou 10 pessoas, em um suposto confronto entre polícia militar e moradores.

Ao acima relatado, somam-se ainda as crescentes e inconstitucionais prisões para averiguação nos últimos meses; as tentativas de criminalização dos movimentos sociais e de militantes populares, incluindo-se a invasão de suas residências e de espaços políticos para a apreensão de materiais considerados, pasmem, subversivos (computadores, livros, etc.). Deve-se frisar que a prática de prisões por averiguação além de se encontrar vedada pelo texto constitucional, não recebe acolhimento nos Tratados Internacionais de Direitos Humanos dos quais o Brasil é signatário. A Convenção Americana de Direitos Humanos, por exemplo, a veda expressamente ao vedar a detenção arbitrária ou qualquer forma de detenção que não esteja fundada na lei vigente. Pertencemos a um Estado, enfim, que conduz os conflitos e problemas sociais como se caso de polícia fossem, valendo-se para tanto de intervenções militares, tais quais as UPPs (Unidades de Polícia Pacificadoras) e a Operação Cracolândia em São Paulo.⁴⁸

⁴⁸ Articulação Nacional. **Nota de Repúdio da ANCOP ao terrorismo de estado no Brasil**. Portal Popular da Copa e das Olimpíadas, jun 2013. Disponível em < http://www.portalpopulardacopa.org.br/index.php?option=com_k2&view=item&id=495:nota-de-rep%C3%BAdio-da-ancop-ao-terrorismo-de-estado-no-brasil>. Acesso em 10 fev. 2014.

Em suma, infere-se que ainda que não estejamos em um estado de exceção, nos moldes apregoados pela ditadura civil-militar brasileira, o Estado continua sendo o legítimo possuidor do uso da violência; e continua exercendo suas prerrogativas fascistas e terroristas, não obstante tenhamos vivenciado a retomada da transição para o regime democrático. Destarte, não constitui equívoco afirmar que a democracia nos ditames contemporâneos, permanece sendo um regime de exceção para grande parcela da sociedade, em especial os negros, pobres e prisioneiros.⁴⁹

⁴⁹ PINHEIRO, P.S. **Estado e Terror** in NOVAIS. A.(org). Ética São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 194-198.

2 A CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E PROTESTOS POPULARES NO BRASIL

2.1 Panorama geral da criminalização dos movimentos sociais no Brasil.

2.1.1 Breve explanação acerca do conceito de criminalização:

O verbo “criminalizar” representa um neologismo na língua portuguesa, formado a partir do adjetivo “criminal” acrescido do sufixo “izar”, significando a atribuição da qualidade de crime a algo ou alguém. Essa conceituação distingue-se da idéia de tipificação do Direito penal constante na legislação, a qual se resume ao enquadramento de uma conduta de determinado agente a um tipo penal preexistente. Para uma melhor conceituação do termo, portanto, faz-se necessário recorrer a alguns preceitos fundamentais da Criminologia Crítica.

Juarez Cirino dos Santos esclarece que a Criminologia Crítica se desenvolve em “oposição à Criminologia tradicional, a ciência etiológica da criminalidade, estudada como realidade ontológica e explicada pelo método positivista de causas biológicas, psicológicas e ambientais.” Inversamente, a Criminologia crítica fundamenta-se na mudança do objeto de estudo e também do método de estudo do objeto. Desloca-se o objeto da criminalidade, tido como dado ontológico, para a criminalização. Esta se apresenta como realidade construída, mostrando o crime como uma atribuição do sistema penal a comportamentos ou indivíduos. A criminalidade é então constituída

por processos seletivos fundados em estereótipos, preconceitos e outras idiosincrasias pessoais, desencadeados por indicadores sociais negativos de marginalização, desemprego, pobreza, moradia em favelas etc; o estudo do objeto não emprega o método etiológico das determinações causais de objetos naturais empregado pela Criminologia tradicional, mas um duplo método adaptado à natureza de objetos sociais: o método interacionista de construção social do crime e da criminalidade, responsável pela mudança de foco do indivíduo para o sistema de justiça criminal, e o método dialético que insere a construção social do crime e da criminalidade no contexto da

contradição capital/trabalho assalariado, que define as instituições básicas das sociedades capitalistas.⁵⁰

Alessandro Baratta sustenta que a criminalidade, na perspectiva da Criminologia Crítica, revela-se como um status atribuído a determinado indivíduo, por meio de uma dupla seleção: a seleção dos bens protegidos pelo Direito penal e dos comportamentos que os ofendem (seleção primária); e a seleção dos indivíduos estigmatizados, dentre todos que cometem infrações a normas sancionadas penalmente (seleção secundária). Em linhas gerais, a criminalidade constitui um “bem negativo”, distribuído de acordo com os interesses sócio-econômicos e as desigualdades sociais entre os indivíduos.

Baratta então desmitifica a dita igualdade do direito penal, no momento em que expõe: o caráter fragmentário do direito penal; sua tendência a privilegiar os interesses das classes dominantes, ao passo que se apresenta de maneira rígida para as classes subalternas; e a independência do grau efetivo da tutela penal e distribuição do status de criminoso, da danosidade social das condutas e da gravidade das infrações à lei. Ademais, o sistema de valores contido nos tipos penais refletem, predominantemente, o universo moral próprio de uma cultura burguesa-individualista, em que se prioriza a proteção do patrimônio privado e orienta-se no sentido de atingir as formas de desvio típicas dos grupos socialmente mais débeis e marginalizados. É notório que as penas dos tipos são, geralmente, mais leves no caso dos delitos de “colarinho branco” próprios das classes mais abastadas do que no caso dos delitos próprios das classes menos favorecidas, de cunho patrimonial especialmente.⁵¹

Em nosso país, no contexto dos movimentos sociais, a criminalização primária pode ser visualizada nas ações de diferentes aparelhos estatais (Parlamento, Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas da União) que, através de instrumentos legais e/ou constitucionais, dão caráter criminilizador a ações e lideranças populares. Utilizando-se desses mecanismos, intenta-se fazer

⁵⁰ SANTOS, Juarez Cirino dos. **A criminologia crítica e a Reforma da Legislação Penal**. In: XIX Conferência Nacional dos Advogados, 2005 Florianópolis-SC, p. 01-02. Disponível em: <http://www.cirino.com.br/artigos/jcs/criminologia_critica_reforma_legis_penal.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2014.

⁵¹ BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal**: Introdução à sociologia do direito penal. Trad. Juarez Cirino dos Santos. 3ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2002. P. 159-164.

com que sejam vistos e julgados de antemão como delinqüentes, à margem da lei, tanto pelo aparelho estatal responsável como pela opinião pública.⁵² E essa acusação criminal retira a legitimidade das demandas e de seus atores, apresentando-se, antes de tudo, como uma violência simbólica contra demandas e ações populares.

Por fim, a criminalização secundária, compreendida no processo em que os setores estigmatizados são selecionados dentre todos os indivíduos que transgridem as normas penais, encontra-se materializada na população carcerária brasileira, composta predominantemente por negros, pobres, favelados, e por aqueles que, de alguma maneira, ousam contestar o *status quo* vigente.

2.1.2 Histórico da criminalização dos movimentos sociais no Brasil

O período de redemocratização iniciado timidamente em meados dos anos 70 possibilitou condições de reorganização para os movimentos sociais, com o início efetivo dos fundamentos dos primeiros movimentos sociais de base popular, especialmente nas regiões onde a estrutura capitalista industrial estava mais bem assentada, em decorrência da consciência social e da expressão da luta de classes já arraigadas no cotidiano das lutas salariais. Nesse ínterim, entraram em ressonância as posturas dos intelectuais de esquerda e as mobilizações das classes trabalhadoras, o que culminou na criação das bases de um movimento popular com maior sustentação política, apartado das elites tradicionais.

Do mesmo modo, no meio rural a redemocratização do país fortaleceu as organizações dos trabalhadores, no momento em que a Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), passou a desempenhar papel fundamental na luta pelas reformas de base, sendo que hoje representa mais de 15 milhões de trabalhadores rurais. Como linhas programáticas, apresenta: “a defesa dos interesses dos assalariados rurais; a agricultura familiar; a reforma agrária, a

⁵² SAUER, Sérgio. **Processos recentes de criminalização dos movimentos sociais populares**. Brasília, 2008. Disponível em <<http://terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2008/10/Processos-recentes-de-criminaliza%C3%A7%C3%A3o-dos-movimentos-sociais-populares.pdf>>. Acesso em: 20 fev, 2014.

previdência e a assistência social, a saúde e a educação do trabalhador; as questões de gênero e geração; o combate ao trabalho infantil e ao trabalho escravo.”

Também na área rural, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), criado em 1984, é reconhecido como um dos grandes fenômenos políticos contemporâneos, que possui como pauta central inicialmente a questão da terra, e mobiliza atualmente cerca de 300 mil famílias assentadas e 80 mil acampadas. Pode-se dizer que sua estrutura organizacional e operacional é tão mobilizada quanto a da Contag, pois presente em todos os estados, possuindo uma rede de militância voltada ao centralismo democrático. Orientado sob bases filosóficas e ideológicas de cunho socialista, o MST ultrapassa a luta pelos interesses dos trabalhadores rurais, ao passo que participa publicamente de mobilizações nacionais e internacionais, pautando-se pela justiça social e pela cidadania.⁵³

Não se nega o fato de que esses movimentos sociais com maior grau de organização, que se expandem nacionalmente e se institucionalizam sob plataformas programáticas, são os que têm logrado maior efetividade em suas ações, como também são o maior alvo da repressão. É o que ocorre, por exemplo, com os demais movimentos sociais rurais, organizados na mesma esteira da experiência do MST, dentre eles o Movimento dos Atingidos por Barragens, o Movimento das Mulheres Camponesas, o Movimento dos Pequenos Agricultores e também com movimentos articulados, como o Movimento de Moradia e a Central de Movimentos Populares.

Não obstante, já se tem englobado ao termo “movimentos sociais” acepções mais amplas e abstratas, que abrangem todas as manifestações sociais populares, a exemplo dos levantes e insurreições, mesmo que desprovidos não raramente de plataformas político-ideológicas claras. Dessa forma, o termo atualmente também faz referência a processos e grupos não-institucionalizados, pautados pelas lutas de

⁵³ MATOS, Aécio Gomes. **Organização social de base:** Reflexões sobre significados e métodos. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural- NEAD, Editorial Abaré, 2003, p. 34-40.

transformações sociais, em especial no que diz respeito à produção e apropriação das riquezas.⁵⁴

Coadunando com o sentido de pluralidade dos movimentos, o Movimento Nacional de Direitos Humanos, em relatório sobre casos exemplares de criminalização dos movimentos sociais, assevera que:

Os Movimentos Sociais Brasileiros se apresentam em diferentes configurações, um setor está articulado através de grupos organizados de base, em redes em nível regional e nacional, outros organizam pessoas e segmentos os mais diferenciados e sejam aqueles que se estruturam como redes ou juntando pessoas e organizam os setores mais frágeis e explorados da sociedade brasileira, como: sem terra, assentados, pequenos agricultores, mulheres, quilombolas, indígenas, pessoas sem casa em áreas urbanas, favelados, pessoas presidiárias, adolescentes e jovens pobres e negros, homossexuais, travestis, entre outros. Todos estes grupos representam não apenas os Movimentos sociais organizados, mas também sua própria existência revela o teor dos principais problemas sociais presentes no Brasil quando se realiza uma análise da conjuntura sociopolítica do país.⁵⁵

Adentrando o tema da repressão às mobilizações e reivindicações populares, deve-se ter em mente que esta representa um traço da cultura política brasileira, vez que desde o período colonial até os dias atuais, os grupos detentores do poder jamais toleraram a organização dos movimentos sociais. E para assegurarem o mencionado poderio, valeram-se de algumas estratégias, simultânea ou complementarmente, na instrumentalização dessa repressão. Segundo Sauer, em primeiro lugar, traz-se o isolamento político, compreendido na retirada da voz e da legitimidade das demandas, com vista à sua desintegração e à desmobilização. Em segundo lugar, tem-se a cooptação dos grupos de base e também de lideranças

⁵⁴ FON FILHO, Aton. **Criminalização dos movimentos sociais**: Democracia e repressão dos direitos humanos. São Paulo: Instituto Rosa Luxemburg Stiftung, 2008, p. 07-09. Disponível em <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Criminaliza%C3%A7%C3%A3o%20dos%20movimentos%20sociais%20%20democracia%20e%20repress%C3%A3o%20dos%20direitos%20humanos%20-%20Aton%20Fon%20Filho%20-%202008.pdf>>. Acesso em 20 fev. 2014.

⁵⁵ MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS. **A criminalização dos movimentos sociais no Brasil**: relatório de casos exemplares. QUEIROZ, Rosiana Pereira (org). Brasília: MNDH; Passo Fundo: IFIBE, 2006, p. 06.

importantes, através da concessão de pequenos privilégios, objetivando o desmantelamento do movimento social. E por último a repressão pura e simples, na sua faceta mais visível, realizada principalmente pelo aparelhamento policial do Estado.

As classes dirigentes brasileiras demonstraram-se sempre intolerantes com as organizações e mobilizações populares que negam as estratégias de isolamento ou cooptação. Como exemplos históricos dessa intolerância, transformada em repressão, podemos apontar Canudos e Contestado, cujo resultado foi o massacre de pessoas pobres que reivindicavam seus direitos. Não são recentes também as reações violentas, levadas a cabo pelo uso de forças policiais, assim como pela constituição de milícias privadas, contra demandas sociais, em especial aquelas por terra. Da mesma forma, a lógica de tratar reivindicações populares como “caso de polícia” e as reações ilegais e violentas dos proprietários de terras não constituem novidade em nossa sociedade.

Entretanto, a originalidade averiguada nos recentes processos de criminalização, tanto nos urbanos, como nos rurais, com destaque para o MST, é a incorporação de novos atores institucionais a esses processos. E a novidade não reside nas ações condenatórias perpetradas pelos grandes meios de comunicação de massa, os quais respaldam ideologicamente a violência policial e das milícias privadas, e pela Bancada Ruralista do Congresso. O recente é a participação em ascensão de setores de Estado constituídos democraticamente no intuito de defenderem a população, a exemplo do Ministério Público, ou de defenderem os interesses e bens públicos, a exemplo do Tribunal de Contas da União.

Ademais, ainda que a atuação de parlamentares contra a reforma agrária e outras demandas sociais não seja questão nova, fato notório é que o Congresso Nacional passou a desempenhar um papel preponderante na criminalização das lutas sociais. Antes, esse papel se restringia a uma atuação intra-muros, ou seja, mediante discursos contra a reforma agrária, ou em ações para impedir votações de projetos que penalizassem as grandes propriedades, etc. Nos últimos anos, porém, as ações parlamentares passaram a ser mais proativas, utilizando mecanismos como, por exemplo, as Comissões Parlamentares de Inquérito, Propostas de Fiscalização e Controle, Decretos Legislativos (a fim de cancelar decisões do

Executivo favoráveis às reivindicações de grupos sociais como quilombolas e tribos indígenas), requerimentos de pedidos de fiscalização pelo Tribunal de Contas da União, etc.⁵⁶

No que tange à qualificação das ações populares como ações terroristas, Fon Filho contextualiza de forma clara e sucinta de que maneira isso se deu no Brasil:

Assim como, em especial após o ataque às torres gêmeas, em 2001, a política dos Estados Unidos voltou-se para carimbar como terroristas todas as organizações, movimentos, atividades e pessoas que se oponham a seus interesses, no Brasil uma corrente na mídia, na política e nos órgãos de Estado deu-se a qualificar de terrorismo as ações do movimento social em favor de suas reivindicações. Esse trabalho de acoimar de terroristas os movimentos e organizações sociais, bem como seus integrantes, tem origem como resposta da extrema direita militar ao dispositivo que, na Constituição da República, excluiu a prescrição do crime de tortura. Naquele então, sem condição de opor-se à proposta normativa, em decorrência do repúdio social que se estabelecera face à tortura empregada como método pelo regime militar, a extrema-direita buscou e obteve, face à correlação de forças do momento, que igual determinação se aplicasse também ao “crime de terrorismo”.⁵⁷

O periódico “Carta Maior”, em reportagem intitulada “Os 30 anos de ódio ao MST nas páginas da Veja”, traçou uma boa retrospectiva que ilustra o papel midiático na criminalização dos movimentos. O artigo descreve o ódio da mídia desde a fundação do MST, ressaltando que o padrão de manipulação usado para atentar contra a imagem do movimento acompanha a conjuntura e tira dela proveito. Prova disso seria a forma como a “Veja” teceu sua trajetória: inicialmente com a tentativa de cooptação, seguida de total invisibilidade e por fim, com uma permanente campanha de criminalização, associando-o ao “perigo comunista” pós período ditatorial e por fim, ao perigo terrorista, pós 11 de setembro. Em 2005, por exemplo, acusa, na matéria “Ligações perigosas – escuta mostra que o MST orientou a facção criminosa PCC a organizar uma manifestação” o MST de ter ligações sólidas com o PCC, fato este não comprovado e tampouco desmentido pela revista. Também em 2009, a “Veja”

⁵⁶ SAUER, Sérgio. **Processos recentes de criminalização dos movimentos sociais populares**. Brasília, 2008. Disponível em <<http://terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2008/10/Processos-recentes-de-criminaliza%C3%A7%C3%A3o-dos-movimentos-sociais-populares.pdf>>. Acesso em 20 fev. 2014.

⁵⁷ FON FILHO, Aton. op. cit. p. 20.

conseguiu respaldar a instalação de uma CPI para investigar o MST, trazendo a reportagem de capa “Por dentro do cofre do MST”, na qual o governo federal e entidades internacionais eram acusados de financiar as atividades classificadas como criminosas do movimento. Era a terceira CPI criada em cinco anos para investigar e desgastar o MST.⁵⁸

Diante do exposto, percebe-se a contradição estrutural vigente na sociedade brasileira. Se por um lado observa-se o avanço da organização e mobilização sociais, com a decorrente ampliação de sua participação nos espaços institucionais, por outro, visualiza-se a ação autoritária do Estado no sentido de inibir a livre manifestação, ação esta apoiada pelos setores conservadores da sociedade e repercutida em larga escala pela mídia. Isso não obstante a consagração dos direitos de resistência e de organização como direitos humanos, abarcados pela Constituição Federal.⁵⁹

Em relação aos protestos populares que tomaram as ruas a partir de junho de 2013, suas particularidades e criminalizações sofridas serão abordadas nos tópicos subsequentes, bem como o contexto histórico no qual estão inseridos.

2.2 Protestos populares e as jornadas de junho de 2013.

Discorrendo sobre as manifestações que tomaram as ruas de todo mundo no ano de 2011, com destaque para a Occupy, em Wall Street, Giovanni Alves faz uma excelente análise da nova cara dos movimentos sociais. Estes, a princípio, não incorporam grandes utopias de emancipação social que exijam clareza político-ideológica. Através de sua diversidade de expectativas políticas representariam, ao contrário, uma variedade de consciência social crítica, que diz não e se mobiliza contra o *status quo*. Mesmo sem perceberem, formulam, no plano contingente, uma crítica radical ao capitalismo como modo de produção da vida social, sem se tornarem, a rigor, movimentos sociais anticapitalistas. Possuem os manifestantes um

⁵⁸ PASSOS, N. Os 30 anos de ódio ao MST nas páginas da Veja. **Carta Maior**, fev. 2014. Disponível em <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Midia/Os-30-anos-de-odio-ao-MST-nas-paginas-de-veja/12/30253>>. Acesso em 15 fev. 2014.

⁵⁹ MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS. op. cit. p. 12.

modo de consciência capaz de expor as misérias do sistema capitalista, sem, no entanto, identificar suas causalidades histórico-estruturais.

Alves faz ainda um certo prognóstico acerca da capacidade de resposta reacionária do *establishment*, que bem pode ser importado para o caso brasileiro. Para ele, seria ingenuidade política acreditar que o Estado burguês não utilizaria mecanismos de administração policial, visando o isolamento dos novos movimentos sociais à medida em que se ampliem, ou que não os tornaria invisíveis, utilizando-se da mídia para tanto, ou ainda que não haveria a tentativa de dissuadi-los e absorvê-los, por meio de concessões residuais, preservando a ordem burguesa. A título de preservar a ordem pública, pode haver tão somente sua repressão, apoiada pela classe média, “amedrontada pela ameaça de terrorismo autoinduzido do estado de exceção”.⁶⁰

Slavoj Žižek, ao analisar essas mesmas manifestações, recorre a Badiou para afirmar que, na contemporaneidade, verifica-se que o pior inimigo não é o capitalismo, o império ou a exploração, mas sim a democracia, quando a “ilusão democrática”, a aceitação dos mecanismos democráticos como moldura fundamental de mudança evita a transformação radical das relações capitalistas.⁶¹ De outro norte, a crítica à democracia tal como se coloca hoje, pode ser vista, equivocadamente, como defesa de uma forma velada de autoritarismo. A questão, segundo Vladimir Safatle, talvez seja a inexistência de uma democracia plena, e a perpetuação de uma democracia em processo contínuo, de degradação, incessante, sendo possível só falar de democracia, portanto, como democracia por vir.⁶² Edson Telles, por sua vez, descreve essa democracia como participativa do consenso da política contemporânea, em que o discurso social e dos direitos humanos legitimam tanto a resistência dos indivíduos e dos movimentos sociais perante as violências

⁶⁰ ALVES, G. Ocupar Wall Street...e depois?. **Occupy**: movimentos de protestos que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012. p. 36-38.

⁶¹ ŽIZEK, S. O violento silêncio de um novo começo. **Occupy**: movimentos de protestos que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012. p. 23.

⁶² SAFATLE, V. Amar uma idéia. **Occupy**: movimentos de protestos que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012. p. 47.

sofridas, quanto, paradoxalmente, a ação do Estado, que se coloca como o maior violador de direitos.⁶³

O Brasil vivenciou, a partir de junho de 2013, uma onda de protestos e reivindicações diversas, pautados por uma disputa de cartazes empunhados por um conjunto heterogêneo que ocupou as ruas das cidades, e uma guerra de interpretações das vozes rebeldes, vozes não uníssonas, compondo um concerto dissonante, formado por elementos progressistas e de liberdade, e inversamente, de conservadorismo e brutalidade⁶⁴. Como bem aponta Mauro Iasi, as contradições explodidas se expressaram numa multifacetada manifestação de elementos de bom senso contra a ordem ao lado de elementos conservadores representantes do senso comum, como o nacionalismo exacerbado, o antipartidarismo, etc.⁶⁵ Consoante Iasi, dentre as determinações mais profundas que se apresentaram nesta explosão social, coloca-se o

(...) descontentamento que germinava e que era alimentado pela ação que queria negá-lo, isto é, pela arrogância de um discurso oficial que insistia em afirmar que tudo ia bem: a economia estava bem, não porque garantia a produção e reprodução da vida, mas porque permitia a reprodução do capital com taxas de lucros aceitáveis, o Brasil escapara do pior da crise internacional a golpes de pesados subsídios às empresas monopolistas, a inflação estava “dentro da meta”, o Brasil recebia eventos esportivos e se transformava em um canteiro de obras, os trabalhadores apassivados e suas entidades amortecidas pelo transformismo e pela democracia de cooptação se rendiam ao consumo via endividamento, o governo se regozijava com índices de aceitação que pareciam sólidos.⁶⁶

Nas palavras de Ruy Braga⁶⁷, é “a questão da efetivação e ampliação dos direitos sociais a chave para interpretarmos a maior revolta popular da história

⁶³ TELLES, E. Democracia, segurança pública e coragem para agir na política. **Occupy**: movimentos de protestos que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012. p. 81.

⁶⁴ ROLNIK, R. As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. **Cidades rebeldes**: Passe livre e as Manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p. 8-12.

⁶⁵ IASI, M. L. A rebelião, a cidade e a consciência. **Cidades rebeldes**: Passe livre e as Manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. P. 46.

⁶⁶ _____. Pode ser a gota d'água: enfrentar a direita avançando a luta socialista. **Blog da Boitempo**, jun.2013. Disponível em <<http://blogdaboitempo.com.br/2013/06/26/pode-ser-a-gota-dagua-enfrentar-a-direita-avancando-a-luta-socialista/>>. Acesso em 10 mar.2014.

⁶⁷ BRAGA, R. Sob a sombra do precariado. **Cidades rebeldes**: Passe livre e as Manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p. 81-82.

brasileira”, tratando-se esta de “um autêntico processo de mobilização do proletariado precarizado em defesa tanto de seus direitos à saúde e à educação públicas e de qualidade quanto pela ampliação de seu direito à cidade”. O termo “precariado” designa uma nova forma de proletariado informal e terceirizado, que sofre com a exploração de suas habilidades intelectuais por meio da precarização, desregulamentação e perda de direitos sociais⁶⁸. Pode ser entendido também como a “camada social da classe do proletariado constituída por jovens altamente escolarizados desempregados ou inseridos em relações de trabalho e vida precárias”, possuindo o termo visíveis recorte geracional e inserção de classe⁶⁹. Imperioso esclarecer que essa precarização não é apenas salarial, é também existencial ou do *homem-que-trabalha*, que provém de uma existência alienada da vida urbana precária. A precarização se faz presente, por exemplo, no trajeto residência ao local de trabalho, na mobilidade urbana precária, com ênfase para a péssima qualidade do transporte público. Está contida igualmente no tempo de vida tomado pelo trabalho estranhado, ou ainda no tempo livre manipulado pelo consumo ou por lazeres superficiais e alienantes.⁷⁰

Marilena Chaui, acerca da atuação dos manifestantes, assevera que:

Simbolicamente, malgrado eles próprios e malgrado suas afirmações explícitas contra a política, os manifestantes realizaram um evento político: disseram não ao que aí está, contestando as ações dos poderes executivos municipais, estaduais e federal, assim como as do poder legislativo nos três níveis.

Praticando a tradição do humor corrosivo que percorre as ruas, modificaram o sentido corriqueiro das palavras e do discurso conservador por meio da inversão das significações e da irreverência, indicaram uma nova possibilidade de práxis política, uma brecha para repensar o poder, como escreveu um filósofo político sobre os acontecimentos de maio de 1968 na Europa.⁷¹

⁶⁸ CARNEIRO, H.S. Rebeliões e ocupações de 2011. **Occupy**: movimentos de protestos que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012. p. 13.

⁶⁹ ALVES, G. A revolta do precariado no Brasil. **Blog da Boitempo**, jun. 2013. Disponível em <http://blogdaboitempo.com.br/2013/06/24/a-revolta-do-precariado-no-brasil/>. Acesso em 28 mar. 2014.

⁷⁰ Idem.

⁷¹ CHAUI, M. O inferno urbano e a política do favor, tutela e cooptação. **Teoria e Debate**, Ed 113, jun. 2013. Disponível em <<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/nacional/manifestacoes-de-junho-de-2013-na-cidade-de-sao-paulo?page=full>>. Acesso em 23 abril. 2014.

Nas ruas, o direito à mobilidade foi agregado a outras pautas e agendas relativas à questão urbana, como a realização no país de megaeventos (com destaque para a Copa do Mundo), e suas lógicas de gentrificação⁷² e limpeza social⁷³. Remoções forçadas de mais de 200 mil pessoas, que são realocadas em periferias distantes, longe dos seus locais de trabalho, a custos monetários extremamente baixos e precaríssimas condições de transporte.

Cumprе mencionar que, desde 2005, estruturou-se o Fórum Social do Pan, no Rio de Janeiro. Em 2010, o Fórum Social Urbano, evento paralelo ao Fórum Urbano Mundial, foi promovido pela agência UN-Habit, e durante sua realização começaram as articulações que culminariam nos Comitês Populares da Copa e a Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (Ancop). Em 2011, foi produzido o extenso dossiê *Megaeventos e violações de direitos humanos no Brasil*, o qual foi entregue a autoridades municipais, estaduais e federais.⁷⁴

O dossiê⁷⁵, além de esmiuçar a situação das remoções e ameaças de remoções de milhares de pessoas em várias cidades brasileiras, apresenta as legislações que favorecem a especulação imobiliária, em nome da viabilidade dos eventos esportivos, as quais desconsideram a prioridade da utilização de terras públicas para a habitação, conforme determina a Lei Federal n. 11.124/2005. A exemplo, cita-se o Decreto Municipal n. 30.379/2009, o qual “estabelece que o Poder Executivo envidará todos os esforços necessários no sentido de possibilitar a utilização de bens pertencentes à administração pública municipal, ainda que ocupados por terceiros, indispensáveis à realização dos Jogos Rio 2016.” Criou-se também, através do Decreto n. 7536/2011, um aparato de segurança especial, a Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos, além da previsão de uma tipificação penal e juizados especiais na Lei Geral da Copa.

⁷² Para mais conhecimento sobre o tema, sugiro o conhecimento do projeto *Arquitetura da Gentrificação*, o qual se encontra disponível na página virtual <<http://catarse.me/pt/ag>>. Acesso em 23 abril. 2014.

⁷³ ROLNIK, R. As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. **Cidades rebeldes: Passe livre e as Manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p. 9.

⁷⁴ VAINER, C. Quando a cidade vai às ruas. **Cidades rebeldes: Passe livre e as Manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p. 39.

⁷⁵ **Megaeventos e violações de direitos humanos no Brasil**. 2ª ed. Disponível em: <[file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Dossie_Megaeventos_ViolacoesdeDireitos2012%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Dossie_Megaeventos_ViolacoesdeDireitos2012%20(1).pdf)>. Acesso em 20 mar. 2014.

Desta feita, é inegável a conexão estreita entre os referidos protestos e o contexto apresentado pelos maciços investimentos urbanos associados à Copa do Mundo de 2014, e no caso do Rio de Janeiro, aos Jogos Olímpicos de 2016 também. Com a Copa das Confederações em curso à época, a violenta repressão levada a cabo pela mídia e governo, motivados pela preocupação de que a imagem do Brasil em um momento de destaque pudesse ser denegrida por um grupo de jovens “vândalos”, intentou amedrontar e encurralar os movimentos.⁷⁶

Imprudente seria olvidar aqui que no mesmo mês em que eclodiram as manifestações, a truculência da ação policial demonstrou mais uma vez quem são seus alvos favoritos. Nos dias 24 e 25 de junho, no Complexo da Maré (Rio de Janeiro), foram contabilizadas dez vítimas de “mais um episódio do processo contínuo de incursões policiais mortíferas nos territórios cariocas de pobreza, elas mesmas tão naturalizadas quanto a propriedade privada dos meios de produção ou a monetarização das relações sociais.”⁷⁷. Na Maré as balas não foram de borracha.

Neste contexto, como bem aponta Pedro Rocha de Oliveira⁷⁸, a violência policial verificada nos eventos extraordinários de manifestação popular, que contaram com a participação da classe média, pode “ironicamente devolver à experiência social o sentido de totalidade que a mesma polícia trabalha para dissolver mantendo os pobres em seu devido lugar”. Urge para tanto, que a apreensão desses eventos rompa com os limites da moralidade da classe média, e que a violência deixe de ser percebida como uma anormalidade, porque de fato só o é para a referida classe. Em uma época de marginalização e criminalização da pobreza, os pobres já sabem que a violência é de fato o fundamento da coesão social. Ao pedir pela não violência em sua passeata pacífica, os homens brancos mostram seu hábito de relevar a opressão policial contra as camadas desfavorecidas, ao passo que intentam manter o privilégio social sob o qual sempre se esconderam.

⁷⁶VAINER, C. Quando a cidade vai às ruas. **Cidades rebeldes**: Passe livre e as Manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p. 37.

⁷⁷BRITO, F; OLIVEIRA. P.R. Territórios transversais. **Cidades rebeldes**: Passe livre e as Manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p. 65.

⁷⁸ OLIVEIRA, P. A classe média vai ao protesto. **Blog da Boitempo**, jun. 2013. Disponível em <<http://blogdaboitempo.com.br/2013/06/26/a-classe-media-vai-ao-protesto/>>. Acesso em 23 mar. 2014.

“Numa sociedade violenta, eles querem o direito à paz. Numa sociedade em frangalhos, querem a ordem, porque não se lembram que isso que chamam de ordem é mantido somente pela truculência policial que agora bate no rosto deles. De modo que, quando assistem o pessoal do Pinheirinho fazendo barricada contra a tropa de choque, tocando fogo em pneus, com capacete de motoboy, escudo de latão, e porrete de madeira, pensam ver a perturbação da ordem, e não um dos sintomas dela.”⁷⁹

No caso mencionado de Pinheirinhos, em São José dos Campos, onde quem detém as terras é um conhecido especulador imobiliário, cujo direito de propriedade é contestado desde 2004, 1600 famílias foram forçadas a desocupar a região, sob o disfarce de um discurso que visa manter a segurança pública, permitindo-se a higienização das ameaças à ordem e à moral, na busca por um remédio eficaz contra os desajustados. Estes passam assim, a qualquer momento, de vítimas de um sistema social desigual à categoria de inimigos. Trata-se, como em todos os casos aqui relatados, de um projeto autoritário para as relações entre o poder público e a população.⁸⁰

Nesse sentido, ao falarmos de movimentos sociais contemporâneos, devemos sempre nos atentar para aqueles que ainda buscam o singelo “direito a ter direitos”⁸¹, ou seja, o direito de pertencer a uma sociedade capaz de assegurar-lhes qualquer direito. O Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), como já citado, por exemplo, sofre um processo de criminalização desde a sua fundação, intensificado após os atentados de 11 de setembro de 2011, quando o movimento passou a ser caracterizado como um movimento terrorista.⁸² O mesmo ocorre atualmente com as ocupações de terrenos urbanos ociosos, em que o Estado demonstra sua predileção ao direito à propriedade em detrimento ao direito à moradia, mesmo este sendo absoluto e aquele condicionado a sua função social.⁸³

Assim, diante deste cenário de manifestações de cunhos diversos, foram propostos projetos de lei que criminalizassem as condutas dos manifestantes, como também se incentivou uma ação policial extremamente ostensiva e truculenta. A tropa de choque que, cotidianamente, executa pessoas sumariamente e realiza

⁷⁹ Idem.

⁸⁰ TELLES, op. cit., p.78-79.

⁸¹ ARENDT, Hannah. op. cit., p. 331.

⁸² PASSOS, N. op. cit.

⁸³ TELLES, op. cit., p. 81.

despejos nas favelas, mostrou-se também presente nas manifestações, demonstrando ser a linguagem da violência participante importante do léxico político⁸⁴.

2.3. Tipos penais encontrados nas manifestações e detenções arbitrárias.

Inúmeras detenções, em grande parte arbitrárias, foram realizadas durante as manifestações de junho de 2013 e as que a essas se sucederam. Nesse contexto, alguns tipos penais mostram-se frequentemente invocados na tentativa de criminalização dos manifestantes sociais. Dentre eles, encontramos os crimes contra a paz pública (título IX do Código Penal), tais como a incitação ao crime e a apologia de crime ou criminoso, dispostos nos artigos 286 e 287 sucessivamente, ambos prevendo pena de detenção, de três a seis meses, ou multa.⁸⁵

Importante destaque merece ser dado ao artigo seguinte. Publicada na data de 02 de agosto de 2013, a Lei 12.850 visa a tipificação do crime de organização criminosa no país. Dentre outras disposições, a lei altera o artigo 288 do Código Penal, retirando os termos "bando ou quadrilha", substituídos pelo termo "associação criminosa", constituída pela associação de três ou mais pessoas com o fim específico de cometer crimes.⁸⁶ A lei passou a vigorar no dia 16 de setembro de 2013. A modificação alterou além do nome jurídico do crime, o número mínimo exigido de agentes para sua consumação, sendo necessário, a partir de então, apenas três pessoas para sua tipificação, abordando agora uma maior quantidade de condutas. No caso das manifestações e movimentos sociais, a nova redação do artigo 288 possibilitou um maior enquadramento das condutas dos manifestantes. Por fim, o artigo 288-A versa sobre a constituição de milícia privada, tendo como

⁸⁴ ROLNIK, R. As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. **Cidades rebeldes: Passe livre e as Manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p. 10.

⁸⁵ BRASIL. **Código Penal**. Decreto Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm> Acesso em 05 fev. 2014.

⁸⁶ BRASIL. **Lei 12.850, de 02 de agosto de 2013**. Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências.

verbos nucleares do tipo constituir, organizar, integrar, manter ou custear organização paramilitar, milícia particular, grupo ou esquadrão com a finalidade de praticar qualquer dos crimes previstos neste Código, prevendo pena de reclusão de 04 a 08 anos.

No dia 15 de outubro de 2013, durante um protesto em apoio a professores grevistas no Rio de Janeiro, cerca de 190 pessoas foram detidas segundo informações da Polícia Civil, tendo sido decretadas 64 prisões provisórias decorrentes de supostos flagrantes. Fato notório foi o maciço enquadramento dos manifestantes no crime de “associação criminosa”, introduzido no Código Penal pela recém então aprovada Lei de Organizações Criminosas (12.850). Diante da situação descrita, foi enviado à Organização dos Estados Americanos (OEA) um pedido para que se apurasse urgentemente as detenções arbitrárias cometidas pelo Estado do Rio contra os manifestantes presos. A denúncia foi feita pela ONG Justiça Global e pelo Instituto de Defensores de Direitos Humanos (DDH) à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, relatando a maneira com a qual o Brasil lida com o exercício da cidadania.

Ademais, foi relatada a apreensão e Internação de adolescentes, os quais tiveram internação provisória decretada, em que pese não existisse nenhum indício de materialidade, autoria ou individualização das condutas que culminaram na internação. Os manifestantes detidos na 19ª DP do Rio de Janeiro tiveram seus alvarás de soltura expedidos no dia 17 de outubro, sendo liberados apenas no dia 22 de outubro, em descumprimento ao prazo legal estabelecido⁸⁷ no artigo 1º da resolução nº 108, aprovada pelo Conselho Nacional de Justiça na data de 06 de abril de 2010. De acordo com a resolução, o prazo máximo para o cumprimento do alvará é de vinte e quatro horas.⁸⁸ No caso da 17ª Delegacia de Polícia, por fim, o pedido de liberdade e de arquivamento do Inquérito Policial requerido pelo Ministério Público (art. 28 do CPP) foi negado pelo juiz e encaminhado para o Procurador

⁸⁷ Prisões Arbitrárias realizadas no Rio de Janeiro são denunciadas à OEA. **Justiça Global**, out. de 2013. Disponível em <<http://global.org.br/programas/prisoos-arbitrarias-realizadas-nas-manifestacoes-no-rio-de-janeiro-sao-denunciadas-a-oea/>> Acesso em 22 fev. 2014.

⁸⁸ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Dispõe sobre o cumprimento de alvarás de soltura e sobre a movimentação de presos do sistema carcerário e dá outras providências. **Resolução nº 108**, de 06 de abril de 2010. Disponível em <<http://www.cnj.jus.br/atos-administrativos/atos-da-presidencia/323-resolucoes/12229-resolucao-no-108-de-06-de-abril-de-2010>> Acesso em 10 fev. 2014.

Geral de Justiça, o qual optou pela denúncia dos manifestantes que lá se encontravam.⁸⁹

Outros tipos penais constantes das manifestações são aqueles encontrados no Capítulo IV do Título II do Código Penal, quais sejam os crimes de dano contra o patrimônio. O primeiro deles é o crime propriamente de dano, disposto no artigo 163 (“Destruir, inutilizar ou deteriorar coisa alheia”), cuja penalidade é a detenção, por um a seis meses, ou multa. Já o dano qualificado, contido no parágrafo único, prevê uma pena de detenção de seis meses a três anos, e multa, além da pena correspondente à violência, se o crime é cometido com violência à pessoa ou grave ameaça; com emprego de substância inflamável ou explosiva, se o fato não constitui crime mais grave; contra o patrimônio da União, Estado, Município, empresa concessionária de serviços públicos ou sociedade de economia mista; por motivo egoístico ou com prejuízo considerável para a vítima. Destaca-se também o crime de dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico (Art. 165), que apresenta a pena de detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.⁹⁰

Como exemplo de denúncia por dano ao patrimônio qualificado, cita-se a acertada sentença proferida pelo Juiz de Direito, Flávio Sánchez Leão, em dezembro de 2013. O relatório aponta que o Ministério Público apresentou denúncia criminal contra um indivíduo alegando que, em 25 de junho de 2013, policiais foram acionados em decorrência de um bloqueio de uma avenida da cidade de Belém-PA, pois “algumas pessoas haviam se armado com pedras e as atirado contra a viatura da polícia militar no momento em que esta se aproximava da multidão, o que teria causado os danos descritos pelo laudo pericial de verificação de danos.” Dentre essas pessoas, estaria o acusado, preso em flagrante delito. Na decisão, o juiz ressalta, entretanto, o momento histórico de reivindicações sociais vivenciado no país; o direito fundamental à manifestação pública, previsto no art. 5º, XVI, da Constituição Federal; e o fato de o bloqueio ter ocorrido após uma manifestação popular em que a polícia militar realizou prisões e usou balas de borracha e bombas de gás lacrimogêneo contra manifestantes. Ademais, atenta para a invalidez do laudo pericial para comprovar a materialidade do crime de dano, devido à existência de indícios suficientes de que os danos verificados não foram produzidos durante o

⁸⁹ Prisões Arbitrárias realizadas no Rio de Janeiro são denunciadas à OEA. op. cit.

⁹⁰ BRASIL. **Código Penal**.

confronto mencionado. Assim, não haveria prova idônea da materialidade do crime, o que levou à rejeição da denúncia pelo juiz.⁹¹

Dos crimes contra a Administração Pública, ganham ênfase por serem possivelmente os tipos penais mais recorrentes nas manifestações: a Resistência (art. 329), a Desobediência (art. 330) e o Desacato (art. 331). Define-se por resistência a oposição à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio, sob pena de detenção, de dois meses a dois anos. Se o ato, em razão da resistência, não se executa, a pena passa a ser de reclusão, de um a três anos (§ 1º). A desobediência, por sua vez, caracteriza-se pela conduta de desobedecer a ordem legal de funcionário público, fixando a pena de detenção, de quinze dias a seis meses, e multa. Já o desacato constitui o ato de desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela, sob pena de detenção, de seis meses a dois anos, e multa.

Sobre o crime de desacato, imprescindível abrimos parênteses para discorrer acerca de recente e estarrecedora decisão do Supremo Tribunal Federal, em 13 de maio de 2014⁹². A Primeira Turma, seguindo o voto do relator do Habeas Corpus (HC 112932), Luis Roberto Barroso, decidiu por atribuir competência à Justiça Militar para julgar civis por desacato a militares, quando estes estiverem em exercício de função policial nas ruas. Assim, permite que os civis que manifestarem discordância contra atos de militares e foram por eles enquadrados, “sejam processados por juizados compostos majoritariamente por oficiais militares da mesma força”. Isso em que pese o citado ramo do Judiciário ter perdido a competência com a entrada em vigor da Constituição federal de 1988, a qual assegura, em seu art. 5º, incisos XXXVII, LIII e LIV, a não existência de juízo ou tribunal de exceção; que ninguém será processado ou sentenciado por autoridade não competente e que ninguém poderá ser privado da liberdade ou dos seus bens sem que haja o devido processo legal.

⁹¹ LEÃO, F. Crimes de dano ao patrimônio público e as manifestações populares de junho de 2013. **O Forum Criminal**, dez. 2013. Disponível em <<http://forumcriminal.blogspot.com.br/2013/12/crime-de-danos-ao-patrimonio-publico-e.html>>. Acesso em 02 fev. 2014.

⁹² Notícias STF. 1ª Turma mantém na Justiça Militar ação contra civil acusada de desacato a militar. **Supremo Tribunal Federal**, maio de 2014. Disponível em <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=266660>> Acesso em 13 mai. 2014.

Militares julgando civis pelo crime de desacato a militares da mesma corporação infringe a essência da imparcialidade da Justiça e do devido processo legal, assim como o princípio do juiz natural, vez que compete à justiça criminal comum o julgamento de tal feito. A permissão concedida à justiça fardada configura nada menos que juízo de exceção. No julgamento do STF, foi negado habeas corpus a uma moradora do morro do Alemão, no Rio de Janeiro, “que questionou o esculacho promovido por soldados do Exército onde estava, e se recusou a pedir desculpas por exercer esse direito”, sendo que a decisão caberá à justiça corporativa.⁹³

Imprudente também seria olvidarmos da primeira e talvez uma das mais emblemáticas condenações decorrente das manifestações do ano de 2013. Rafael Braga Vieira foi detido no dia 20 de junho, dia da maior manifestação registrada até então no Rio de Janeiro, sob a acusação de porte de artefato explosivo. Ao jovem foi imputado o crime previsto no artigo 16, parágrafo único, III, da Lei Federal nº 10.826/03 (Estatuto do Desarmamento). Rafael alegou na delegacia que as garrafas apreendidas continham água sanitária e desinfetante da marca “Pinho Sol”.⁹⁴ A defesa então argumentou sobre a falta de tipicidade da conduta, pelo fato de as garrafas possuírem a mesma potencialidade lesiva de qualquer outra que contenha líquido inflamável e que seja livremente comercializada.

Ademais, o laudo da perícia técnica concluiu que no estado que o material se encontrava, estava apto a ser acionado com uma mínima aptidão para funcionar como “coquetel molotov”. Não obstante, Rafael Braga Vieira foi condenado a 5 anos de reclusão e 10 dias-multa pela existência de etanol em uma das garrafas. Em que pese a classe média e outros setores da sociedade terem aderido maciçamente às manifestações, é sintomático que a primeira condenação proferida em virtude dos

⁹³ PILATTI, Adriano. Tribunal de exceção pra pretos e pobres. **Gilson Sampaio**, maio de 2014. Disponível em <<http://gilsonsampaio.blogspot.com.br/2014/05/tribunal-de-excecao-pa-pretos-e-pobres.html>>. Acesso em 30 mai. 2014.

⁹⁴ NOGUEIRA, I; VETTORAZZO, L. **Catador** é o primeiro condenado após onda de manifestações. São Paulo: **Folha de S. Paulo**, dez. 2013. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/12/1380488-catador-e-o-primeiro-condenado-apos-onda-de-manifestacoes.shtml>>. Acesso em 10 fev. 2014.

protestos seja contra um morador de rua, negro e pobre. É a seletividade do Sistema Penal mais uma vez se fazendo presente.⁹⁵

Por fim, temos os tipos penais relativos à pessoa (Título I da parte especial do Código Penal). Dentre eles, apresentam-se as lesões corporais (Capítulo II, art. 129), nas modalidades simples (cuja pena é a detenção, de três meses a um ano); de natureza grave (que prevê a pena de reclusão, de um a cinco anos, se resulta: incapacidade para as ocupações habituais, por mais de trinta dias; perigo de vida; debilidade permanente de membro, sentido ou função; aceleração de parto; ou a pena de reclusão, de dois a oito anos, se resulta: incapacidade permanente para o trabalho; enfermidade incurável; perda ou inutilização do membro, sentido ou função; deformidade permanente; aborto); seguida de morte (pena de reclusão de quatro a doze anos se o agente não quis o resultado, nem assumiu o risco de produzi-lo, podendo ser reduzida por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima); e culposa (cuja pena prevista é a de detenção, de dois meses a um ano).

Do capítulo anterior a este (Dos crimes contra a vida), interessa a abordagem em especial do homicídio, nas modalidades simples, qualificada e culposa. A primeira prevê a pena de seis a vinte anos de reclusão, admitindo a mesma redução da pena relativa à lesão corporal seguida de morte. O homicídio qualificado se configura quando o crime é mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe; por motivo fútil; com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum; à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido; para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime. A pena prevista é a de reclusão, de 12 a 30 anos. Por último, tem-se o homicídio culposo, cuja penalidade é a detenção, de um a três anos, com a possibilidade, entretanto, de aumento.⁹⁶

Considerando-se as recentes manifestações populares e o Projeto de Lei Antiterrorismo 499/13, o qual será analisado minuciosamente no capítulo seguinte,

⁹⁵ Instituto de Defensores de Direito Humanos. Pela Liberdade de Rafael Braga Vieira. Rio de Janeiro: **Instituto de Defensores de Direito Humanos**, abr. 2014. Disponível em < <http://ddh.org.br/pela-liberdade-de-rafael-braga-vieira/>> Acesso em 03 abr. 2014.

⁹⁶ BRASIL. Código Penal. op. cit.

dar-se-á ênfase no momento ao homicídio, em sua modalidade qualificada, e no exemplo a ser dado, triplamente qualificada.

No dia 06 de fevereiro de 2014, em protesto no Rio de Janeiro contra o aumento da tarifa dos ônibus, o cinegrafista Santiago Andrade foi atingido por um rojão, vindo a falecer quatro dias depois. No dia anterior à sua morte, a Polícia Civil prendeu o estudante universitário Fábio Raposo, indicado como o autor da explosão que a ocasionou. No dia 12, Caio Silva de Souza, acusado de ser co-autor do crime, foi também detido. A prisão preventiva dos dois jovens foi decretada no dia 20 de fevereiro. A promotoria sustentou que, ao acender o rojão, eles teriam assumido o risco de matar. Estão respondendo pelos crimes de explosão e homicídio doloso triplamente qualificado, por motivo considerado torpe, impossibilidade de defesa da vítima, e uso de explosivo.⁹⁷

Interessa observar que, dentre todas as mortes contabilizadas nos protestos pela diminuição da tarifa de ônibus, apenas a do cinegrafista ganhou tamanha repercussão. Em 27 de junho de 2013, em Belo Horizonte, o jovem Douglas Henrique de Oliveira morre ao cair de um viaduto, fugindo da violência da Polícia Militar. Em circunstâncias semelhantes, morre, menos de um mês depois, Luiz Felipe Aniceto de Almeida, também em Belo Horizonte. Fernando Cândido, no Rio de Janeiro, e Cleonice Vieira, em Belém do Pará, morrem ambos em decorrência da inalação de gases tóxicos lançados pela Polícia Militar. Essas mortes foram consideradas acidentais, ao passo que aquela mobilizou o país inteiro, que acompanhou de perto a caça aos grandes terroristas e inimigos da nação.⁹⁸

⁹⁷ REDAÇÃO. Cinegrafista atingido por rojão no Rio tem morte cerebral. **Carta Capital**, fev, 2014. Disponível em < <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/cinegrafista-atingido-por-rojao-no-rio-tem-morte-cerebral-5750.html> > Acesso em 11 fev. 2014.

⁹⁸ DONATO, Mauro. A imprensa esqueceu das outras 11 vítimas fatais das manifestações?. **Andradetalis**, fev. 2014. Disponível em <<http://andradetalis.wordpress.com/2014/02/12/a-imprensa-esqueceu-das-outras-11-vitimas-fatais-das-manifestacoes/>> Acesso em 02 mar. 2014.

3 PROJETO DE LEI 499 DE 2013 E O FORTALECIMENTO DO ESTADO PENAL.

3.1 O fortalecimento do Estado Penal e as leis antiterroristas no cenário internacional.

3.1.1 *A expansão do Estado Punitivista segundo Wacquant*

Acerca da evolução do Estado Punitivista, afirma Wacquant que nas últimas três décadas, os Estados Unidos se lançaram a uma experiência sociopolítica até então inédita no Ocidente pós-guerra: a gradual substituição de um dito estado do bem estar social por um Estado policalesco e penalista, no qual a criminalização da marginalidade e o encarceramento massivo das categorias subalternas tornam-se modo de política social. A falência do Estado Social norte-americano acompanhada das crescentes desigualdade social e insegurança econômica é concomitante ao aumento explosivo dos gastos militares no século XX. A guerra contra os pobres, tidos como os responsáveis pelos grandes males do país, ocupa o lugar da “Guerra contra a pobreza”.⁹⁹ E no contexto de criminalização da pobreza, o Estado reorganiza os serviços sociais em instrumentos de vigilância e controle, ao passo que se utiliza do recurso de encarceramento sistemático dessas categorias, fazendo do confinamento uma forma de se retirar do cenário público a questão da marginalidade.¹⁰⁰

Assim, assevera Wacquant que a atrofia do Estado Social corresponde à hipertrofia do Estado Penal, apontando as tendências que caracterizam a evolução penal dos Estados Unidos a partir da década de setenta, em contrapartida aos avanços democráticos decorrentes do levante negro e de outros movimentos populares.¹⁰¹ Destacam-se a expansão vertical do sistema carcerário; o isolamento e neutralização de grupos considerados perigosos, a exemplo dos reincidentes,

⁹⁹. WACQUANT, Loïc. **Os Condenados da Cidade**: Estudo sobre marginalidade avançada. Rio de Janeiro: Revan, 2001. p. 79-80.

¹⁰⁰ Idem, p. 102.

¹⁰¹ _____. **As Prisões da Miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p.78-80.

através de uma vigilância intensiva¹⁰²; o absurdo crescimento do setor penitenciário dentro da administração pública, sendo que em uma época de escassez fiscal só se foi possível um aumento do orçamento destinado às prisões com o corte às somas destinadas à saúde, educação, etc; o ressurgimento próspero da indústria privada da prisão; e a missão de localização e destruição da população negra, que representa a maioria do sistema carcerário quando não compõe mais de 12% da população norte americana.¹⁰³

Com vistas a diminuir os custos carcerários, diminui-se o nível de vida e de serviços dentro das penitenciárias, além de se aumentar a produtividade da vigilância por meios tecnológicos. Transfere-se também parte dos gastos do encarceramento aos detentos e seus familiares, fazendo com que paguem alimentação e outros serviços complementares, como lavagem de roupas, além de se intentar reintroduzir o trabalho não qualificado nas prisões¹⁰⁴.

Em 1994, o então prefeito de Nova York, Rudolf Giuliani adota uma política de segurança apelidada de tolerância zero, visando à redução dos índices de criminalidade na cidade, através do combate de pequenos delitos mediante uma abordagem repressiva a todas as condutas que poluíssem o espaço público. Segundo Wacquant, a política de tolerância zero, a qual alimenta um sentimento difuso de insegurança, alastrou-se pelo planeta com inacreditável rapidez, criando precedentes em inúmeros países.¹⁰⁵ O México, por exemplo, lançou em 1998 a “Cruzada nacional contra o crime” com metas semelhantes às da política de Giuliani. O exemplo foi também seguido por países como Argentina em 1998, Brasil em 1999 (sob o governo de Joaquim Roriz em Brasília), na Itália e Inglaterra, no continente africano, em especial na Cidade do Cabo e África do Sul, na Nova Zelândia.

.Em que pese os estudos de Wacquant estarem concentrados nos dados e estatísticas norte-americanas, outra tendência retratada por Wacquant¹⁰⁶ refere-se a clientela preferencial das prisões europeias, composta majoritariamente por

¹⁰² Idem, p. 85.

¹⁰³ Idem, p. 93-94.

¹⁰⁴ Idem, 89-90.

¹⁰⁵ Idem, p. 26-27.

¹⁰⁶ Idem, p. 101.

indivíduos precários, estrangeiros ou que possuam alguma relação com drogas. Em outras palavras, os setores da classe mais precária.

No geral, em todos os países que adotam esse modelo de Estado, a massa excluída do trabalho, e por conseguinte do consumo, é submetida a um gigantesco sistema penal, que não mais possui como escopo disciplinar os desviantes, mas sim conter o refugo social produzido pelo recente contexto liberal.”¹⁰⁷

Dessa maneira, observa-se um contexto de deslegitimação das instituições legais e judiciárias, de escalada da criminalidade violenta e dos abusos policiais. Somam-se a esses a criminalização da pobreza, o crescimento significativo da defesa das práticas ilegais de repressão, a obstrução generalizada do princípio da legalidade e a distribuição desigual dos direitos do cidadão”.¹⁰⁸

Em suma, considerando-se o panorama atual, em que se visualiza uma ascensão de leis restritas e penas mais duras, conclui-se pela evolução do Estado punitivo. No caso brasileiro, em particular, o panorama é delimitado pelas poucas medidas governamentais nos serviços básicos à população e pelo recrudescimento das ações policiais e das medidas punitivas, em especial nas zonas marginalizadas e nos bolsões de pobreza.

3.1.2 Leis antiterroristas no âmbito jurídico externo

Como já exposto nos capítulos antecedentes, a temática do terrorismo passa a ser mais recorrente a partir de 11 de setembro de 2001, momento em que se torna pauta no âmbito das relações internacionais. O mundo todo presenciou, desde então, o início da “guerra ao terror”, promovida pelos Estados Unidos. Os atentados teriam provocado uma crise orgânica no momento em que desestabilizaram os significados e as representações que davam sentido à realidade e aos indivíduos. Nesse contexto, a “guerra ao terror” pode ser interpretada como uma tentativa de recompor os sentidos de americanidade.

¹⁰⁷ _____. **Punir os Pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2001. p. 75.

¹⁰⁸ Idem, p. 12.

Destarte, nos EUA, em especial, a segurança se tornou quase que uma obsessão da população, tendo sido promulgado, logo depois dos ataques de 11 de setembro, o Patriot Act.¹⁰⁹ Este incrementou significativamente o controle exercido pelo país nas fronteiras, com a instituição de novos programas que buscassem o levantamento de informações pessoais, além de permitir um maior poder de controle por parte das autoridades policiais, durante os interrogatórios de suspeitos. Além disso, reduziu o papel da defesa judicial e criou impasses à concessão de habeas corpus, ao passo que autoriza a detenção, deportação e prisão incomunicável de cidadãos suspeitos, possibilitando que as autoridades mantenham sob custódia estrangeiros por um tempo indeterminado.

Na França, a preocupação com a segurança também se torna uma questão de grande relevância, sendo um dos principais temas abordados no decorrer da corrida presidencial de 2002. Nicola Sarkozy é então eleito presidente, sob um discurso extremamente voltado para a segurança.

Apoiadores do enrijecimento da legislação valeram-se desse momento de insegurança para a defesa da tese de que Estados democráticos tem mais dificuldade na implementação de políticas de combate ao terrorismo que sejam eficientes, pelo fato de serem Estados onde uma maior gama de direitos considerados fundamentais são garantidos. Dentre esses direitos, destacam-se o direito de livre manifestação, o direito à liberdade de expressão, o direito de reuniões e o direito à vida privada. Nesse ínterim, esses Estados tenderiam a facilitar que ações relacionadas ao terrorismo fossem executadas.

Após cada onda de ataques, a França respondeu, acrescentando a seu Código Penal novas leis. Após a onda de 1985-1986; criou-se a Lei de 09 de setembro de 1986; na sequência dos atentados de outubro de 1995, a lei de 1996; e a lei de 2006, finalmente, após os atentados de Londres.

No dia 23 de Janeiro de 2006, por meio da Lei 2006-64¹¹⁰, diversas previsões criminais ligadas ao terrorismo, previstas na legislação francesa, passaram a ser

¹⁰⁹ ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **Lei 107-56—OCT. 26, de 2001**. Uniting and strengthening America by providing appropriate tools required to intercept and obstruct terrorism. Disponível em <<http://www.gpo.gov/fdsys/pkg/PLAW-107publ56/pdf/PLAW-107publ56.pdf>> acesso em 02 mai. 2014.

¹¹⁰ FRANÇA. **Loi n° 2006-64 du 23 janvier 2006**. Relative à la lutte contre le terrorisme et portant dispositions diverses relatives à la sécurité et aux contrôles frontaliers. Disponível em

severamente difundidas, tais como a duplicação da penalidade contida no art. 421-2-1 do Código Penal Francês¹¹¹. Para aqueles considerados culpados de participação em grupos ou associações que visem desenvolver qualquer tipo de atividade tida como terrorista, a pena passou de 10 para 20 anos de reclusão, e de 20 para 30 anos para os designados líderes. Outrossim, a lei francesa Antiterrorismo contempla, em semelhança ao projeto de lei brasileiro, a ampla definição de “*association de malfaiteurs en relation avec une entreprise terroriste*”. Esta tipificação prevê que, após verificada a existência de alguma possível associação de um indivíduo com atividades terroristas, cabe às autoridades agir preventivamente, com o escopo de se combater o terrorismo antes que este se concretize.¹¹²

Para a então secretária-geral do Sindicato dos Magistrados em 2012, Marie-Blanche Régnier, a tipificação revela um sistema penal no qual se pretende julgar a intenção e não o ato em si, e portanto, julga-se precocemente. Assim, para ela, a legislação em questão configura uma Justiça de exceção para seus detratores. Complementa ainda que a maioria dos casos tratados diz respeito a fatos que ainda não ocorreram, o que permite que os grandes alvos da lei sejam apenas os atos preparatórios.

Segundo a magistrada, a especialização de magistrados e investigadores consiste certamente em uma melhoria, mas o problema seria que a justiça no caso do terrorismo é a justiça de exceção, pelo fato de prever processos especiais. Um suspeito de assassinato pode ser mantido sob custódia por 48 horas, por exemplo, enquanto suspeitos de terem cometido atos terroristas podem ficar 96 horas sob custódia.¹¹³

Ademais, o problema reside no fato de que a atual abrangência, prevista na lei, possibilita que um indivíduo seja detido sem ter realizado qualquer tipo de ato

<<http://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=LEGITEXT000006053177>> Acesso em 20 fev. 2014.

¹¹¹ _____. **Código Penal Francês** (1994). Code pénal français.

¹¹² FERREIRA, A.M.C; ALMEIDA, S.N.C. **A lei do antiterrorismo na França e a Antítese entre a defesa dos Direitos Humanos e a Permissão aos abusos contra eles**. Faculdade sete de setembro, Fortaleza, p. 6-7, maio 2009. Disponível em <http://www.fa7.edu.br/recursos/imagens/File/direito/ic/v_encontro/aleidoantiterrorismonafranca.pdf> Acesso em 10 fev. 2014.

¹¹³ CASSELY, J. Antiterrorisme: la logique «préventive» à l'épreuve du cas Merah. **Slate Fr**, mar. 2012. Disponível em < <http://www.slate.fr/france/52037/logique-preventive-antiterrorisme-merah>>. Acesso em 20 fev. 2014.

visando o planejamento de terror, mas que, em decorrência da ampla permissividade de interpretação da lei, poderá ele ser enquadrado no crime de “*association de malfaiteurs*”.

Dessa forma, na França tem-se utilizado frequentemente a vaga expressão de “ofensa por associação ao terrorismo” de forma abusiva, detendo um grande número de pessoas arbitrariamente, com poucas provas de qualquer possível envolvimento do indivíduo em tais ações. Devido à inexistência de delimitação por parte da legislação, pessoas inocentes são constantemente enquadradas nessa previsão abstrata.¹¹⁴

Além da França e dos Estados Unidos, diversos outros países adotam atualmente uma legislação antiterrorista, dentre os quais a Inglaterra, Espanha e Itália. E todas essas leis antiterroristas são apenas um exemplo do avanço do Estado Penal, em que os direitos fundamentais são paulatinamente cerceados, em nome de uma segurança como já demonstrada fictícia.

3.2. Contexto histórico e político da propositura do PLS 499/13 e a justificação do projeto.

Estranho soa aos ouvidos a existência de um Projeto de Lei Antiterrorismo em um país tradicionalmente e conhecidamente livre deste mal, considerando-se ainda o fato de a legislação penal vigente já proteger suficientemente os bens jurídicos passíveis de serem afetados com a execução desses tipos penais. Atentando-se para a Convenção Interamericana contra o Terrorismo, ratificada pelo Brasil, observa-se claramente que não vivenciamos nenhuma das situações possíveis de serem enquadradas como atos de terrorismo. O artigo 2º da referida Convenção define como “delitos” aqueles estabelecidos nos instrumentos internacionais indicados, quais sejam:

¹¹⁴ FERREIRA, A.M.C; ALMEIDA, S.N.C. **A lei do antiterrorismo na França e a Antítese entre a defesa dos Direitos Humanos e a Permissão aos abusos contra eles.** op. cit.

- a. Convenção para a Repressão do Apoderamento Ilícito de Aeronaves, assinada na Haia em 16 de dezembro de 1970.
- b. Convenção para a Repressão de Atos Ilícitos contra a Segurança da Aviação Civil, assinada em Montreal em 23 de dezembro de 1971.
- c. Convenção sobre a Prevenção e Punição de Crimes contra Pessoas que Gozam de Proteção Internacional, Inclusive Agentes Diplomáticos, adotada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 14 de dezembro de 1973.
- d. Convenção Internacional contra a Tomada de Reféns, adotada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 17 de dezembro de 1979.
- e. Convenção sobre a Proteção Física dos Materiais Nucleares, assinada em Viena em 3 de dezembro de 1980.
- f. Protocolo para a Repressão de Atos Ilícitos de Violência nos Aeroportos que Prestem Serviços à Aviação Civil Internacional, complementar à Convenção para a Repressão de Atos Ilícitos contra a Segurança da Aviação Civil, assinado em Montreal em 24 de dezembro de 1988.
- g. Convenção para a Supressão de Atos Ilegais contra a Segurança da Navegação Marítima, feita em Roma em 10 de dezembro de 1988.
- h. Protocolo para a Supressão de Atos Ilícitos contra a Segurança das Plataformas Fixas Situadas na Plataforma Continental, feito em Roma em 10 de dezembro de 1988.
- i. Convenção Internacional para a Supressão de Atentados Terroristas a Bomba, adotada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 15 de dezembro de 1997.
- j. Convenção Internacional para a Supressão do Financiamento do Terrorismo, adotada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 9 de dezembro de 1999.¹¹⁵

Notadamente, esses instrumentos classificam como atos terroristas: atentados a bomba, crimes contra pessoas que gozam de proteção internacional, o apoderamento ilícito de aeronaves, atos ilícitos de violência nos aeroportos que prestem serviços à Aviação Civil Internacional, dentre outros, sendo evidente a inexistência de um cenário propício ao terrorismo no Brasil, de acordo com a disposição da Convenção.

¹¹⁵ ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Convenção Interamericana contra o terrorismo**, de 03 de junho de 2002. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5639.htm>. Acesso em 30 mar, 2014,

Indaga-se, portanto, qual seria a razão da tentativa de aprovação do PLS 499/13, apelidado de Projeto de lei Antiterrorismo, em regime de urgência pelo Senado.

Diante do cenário brasileiro exposto no capítulo antecedente, em que uma onda de manifestações de cunhos diversos alastraram-se por inúmeras cidades brasileiras a partir de junho de 2013, e da chegada da Copa do Mundo, visa-se maximamente a criminalização de qualquer forma de levante popular, sob a justificativa dos excessos; uma autêntica despolitização, uma vez que o cidadão passa a ter atuação política apenas no momento de depositar seu voto nas urnas, que é a parte mais pobre da representação, culminando na descaracterização da mobilização social. É inevitável que se vá às ruas, que se feche o trânsito, sem que essas ações, ressalta-se, estejam fora do campo da legalidade.¹¹⁶

O Projeto de Lei n. 499/2013, apresentado pela Comissão Mista do Congresso Nacional, tipifica condutas relacionadas à atividade terrorista, sendo elas: o crime de terrorismo (art. 2º), o financiamento, custeamento ou promoção do terrorismo (art. 3º), o terrorismo contra coisa (art. 4º), a incitação ao terrorismo (art. 5º), o favorecimento pessoal no terrorismo (art. 6º), o grupo ou associação terrorista (art. 7º), além de dispor acerca do cumprimento da pena, regime de progressão e a inafiançabilidade e insuscetibilidade de graça, anistia ou indulto (art. 9º e 10).

Referido projeto é fruto de sugestão do ex-relator, Senador Romero Jucá (PMDB/RR), em novembro do ano de 2013. Na justificação do projeto, o senador explica que foram muitos os projetos de lei apresentados para tipificar o crime de terrorismo, como o PL nº 4.674, de 2012, de autoria do Deputado Feldman; no bojo da reforma do Código Penal, o PLS nº 236, de 2011, e o PLS nº 762, apresentado pelo senador Aloysio Nunes Ferreira¹¹⁷. Este último adota em seu artigo 2º a

¹¹⁶ Nassar, Reginaldo. Na Ucrânia é manifestante. Em Paris, também. Aqui é vândalo, terrorista. **Revista Fórum**, fev. 2014. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/digital/132/reginaldo-nasser-e-quando-se-olha-para-fora-para-ucrania-e-manifestante-em-paris-tambem-eram-manifestantes-aqui-e-vandalo-terrorista/>>. Acesso em 27 mar. 2014.

¹¹⁷ BRASIL. **PLS- Projeto de Lei do Senado, nº 499 de 2013**. op.cit

finalidade do crime de terrorismo: “por motivo ideológico, religioso, político ou de preconceito racial, étnico, homofóbico ou xenófobo” ¹¹⁸.

A redação original do PLS 499/13 não continha semelhante finalidade, até a emenda de número 1 do Plenário, acrescida no dia 07 de fevereiro do ano corrente, a qual inseriu as expressões “por razões políticas, ideológicas, filosóficas ou religiosas” ¹¹⁹ no inciso III do 4º artigo. Verifica-se assim, a perigosa ênfase dada pelos senadores às concepções ideológicas e políticas daqueles que praticam o crime de terrorismo por eles definido.

Em entrevista ao Instituto Humanitas Unisinos, Deisy Ventura esclarece que há ao menos seis projetos do senado federal em tramitação que visam tipificar o crime de terrorismo e correlatos. Além disso, segundo a docente,

Embora nunca definido pelo Direito brasileiro, o terrorismo aparece em dois dispositivos basilares da **Constituição Federal de 1988**: o **artigo 4º, VII** eleva o repúdio ao terrorismo e ao racismo à condição de princípio norteador das relações internacionais do Brasil; e o **artigo 5º, XLIII** faz dele um crime inafiançável e insuscetível de graça e anistia, ao lado da prática da tortura, do tráfico ilícito de entorpecentes e dos crimes hediondos. Assim, tipificar este crime supostamente supriria uma lacuna da ordem jurídica brasileira. Considerando o nível do debate, porém, em lugar de preencher um vazio, temo que abra um rombo, mais um bolsão de estado de exceção em nosso ordenamento.

Destaca também que a polêmica em torno das leis sobre terrorismo não ocorreu quando da apresentação destes projetos, mas no momento em que alguns Senadores, como Jorge Viana e Paulo Paim, passaram a defender a tramitação do projeto de lei Antiterrorismo em caráter de urgência, em resposta à grande repercussão da morte de um cinegrafista. Santiago Andrade foi alvo de um rojão durante uma manifestação contra o aumento da tarifa de ônibus no Rio de Janeiro na no dia 06 de fevereiro. Assim, como já pontuado, o Congresso Nacional voltou a

¹¹⁸ BRASIL. **PLS- Projeto de Lei do Senado, nº 762 de 2011**. Define crimes de terrorismo. Disponível em <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=101843&tp=1>>. Acesso em 15 mar. 2014.

¹¹⁹ BRASIL. **PLS- Projeto de Lei do Senado, nº 499 de 2013**. Define crimes de terrorismo e dá outras providências. Disponível em <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=141938&tp=1>>. Acesso em 15 mar.2014.

debater a tipificação do terrorismo em sua pauta, na data de 11/02/2014, um dia após o falecimento do profissional.¹²⁰

Perceptível, entretanto, que a ação que culminou em sua morte não condiz com o caráter dos protestos. Representa inegavelmente um ato de violência, mas que nunca poderia servir de pretexto para o recrudescimento da lei penal, que vem há tempos sendo desenhada, apoiada na falsa premissa de que o fim da violência será alcançado através de leis mais rigorosas.

A vinculação entre a aprovação sôfrega de uma lei sobre o terrorismo e as manifestações populares que eclodiram no Brasil a partir de junho de 2013 recebeu o repúdio de lideranças sociais e a atenção inclusive de alguns órgãos de imprensa. O jornal “Correio Braziliense”, por exemplo, associou diretamente o PLS 499 ao Ato Institucional nº 5, famigerado AI5, emitido durante o regime ditatorial brasileiro.¹²¹

Retomando a análise da justificação do projeto, observa-se que logo em seu início é afirmado que o “terrorismo é um fenômeno que há muito tempo preocupa o cenário internacional e as ordens internas, embora tenha sido concebido de modo distinto no tempo e espaço. (...) Concretamente, o terrorismo tem sido manejado mais como um conceito político que jurídico”. Primeiramente, cumpre enfatizar que se admite, por esse trecho, que o conceito de terrorismo se aproxima mais da categoria política, e em última instância ideológica, do que da categoria propriamente jurídica. E aí reside um grande perigo, o da criminalização política dos cidadãos.

Em segundo lugar, ao mencionar o cenário internacional, o projeto pretende notadamente relacionar os movimentos sociais e as manifestações de rua no Brasil às ações de grupos considerados terroristas no âmbito externo. Além disso, é aludido pelo Senador o reconhecimento pelo Brasil da existência de um grupo terrorista, através do Decreto nº 7.606, “que executa no território nacional a Resolução nº 1.989, de 17 de junho de 2011, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que trata de sanções contra indivíduos, grupos, empreendimentos e

¹²⁰Ayrina; FRANCA, Luka. Para juristas, projeto de lei antiterrorismo é genérico e coloca em risco estado de direito. **Última Instância**, fev. 2014. Disponível em: <<http://ultimainstancia.uol.com.br/conteudo/noticias/69103/para+juristas+projeto+da+%22lei+anti-terrorismo%22+e+generico+e+coloca+em+risco+estado+de+direito.shtml>>. Acesso em 20 mar. 2014.

¹²¹VENTURA, D. op.cit.

entidades da Al-Qaeda e a ela associados.” Assim, ele busca embasar a criação da lei antiterrorismo no fato de o Brasil reconhecer que no exterior há grupos terroristas, justificativa que parece ser desprovida de qualquer sentido lógico.

É também igualmente notório que o Senador qualifique, em dado momento, como constrangedor e irresponsável o fato de, no Brasil, o único tipo penal que menciona expressamente o terrorismo remontar ao final do regime militar, no contexto da lei de segurança nacional (Lei nº 7.170, de 1983), em seu artigo 20, *in verbis*:

Art. 20 - Devastar, saquear, extorquir, roubar, seqüestrar, manter em cárcere privado, incendiar, depredar, provocar explosão, praticar atentado pessoal ou atos de terrorismo, por inconformismo político ou para obtenção de fundos destinados à manutenção de organizações políticas clandestinas ou subversivas.

Pena: reclusão, de 3 a 10 anos.

Parágrafo único - Se do fato resulta lesão corporal grave, a pena aumenta-se até o dobro; se resulta morte, aumenta-se até o triplo.

Acrescenta ainda que padeceria de vícios conceituais, vez que utilizaria o crime de terrorismo para reprimir opositores, intitulados inconformistas políticos no artigo em questão. Contudo, uma superficial análise do Projeto de Lei, já basta para demonstrar que o tipo penal que define o crime de terrorismo (artigo 2º) impõe uma punição muito mais severa (pena de reclusão de 15 a 30 anos) do que a disposta na Lei de Segurança Nacional. Ademais, a inclusão já mencionada anteriormente da expressão “por razões políticas, ideológicas, filosóficas ou religiosas” no inciso III do 4º artigo do PLS 499/13 ratifica a tentativa de se enquadrar no crime de terrorismo aqueles que se rebelam político e ideologicamente contra o que está posto.¹²²

Conclui-se essa primeira explanação acerca do Projeto de Lei 499/13 advertindo-se que, embora uma das justificativas para a sua propositura seja a supressão, pelos agentes políticos, de uma lacuna legislativa, resta evidente o descaso do Congresso Nacional em regulamentar uma disposição constitucional após 25 anos da promulgação da Constituição Federativa da República. Manifestadamente conveniente, ademais, que isso tenha sido feito às vésperas de

¹²²BRASIL. PLS- Projeto de Lei do Senado, nº 499 de 2013. op. cit.

um evento privado, no qual manifestações populares estão denunciando à mídia nacional e internacional problemas sociais e políticos vivenciados há tempos no país.

Além disso, como já mencionado, o Brasil não apresenta nenhum histórico político ou cultural na prática de atos terroristas, sendo que a legislação penal vigente já protege suficientemente, severamente aliás, os bens jurídicos que possam vir a ser afetados com a execução do crime ora tipificado. Destarte, a lei seria mais um caso de lei emergencialista e dispensável.

3.3 Análise crítica dos dispositivos do PLS 499/13.

Após a contextualização da propositura do Projeto de Lei Antiterrorismo, bem como a análise de sua justificação, passaremos ao exame dos dispositivos que o compõem. Começemos pelo artigo segundo¹²³, o qual define propriamente o crime de terrorismo, *in verbis*:

Art. 2. Provocar ou infundir terror ou pânico generalizado mediante ofensa à vida, à integridade física ou à saúde ou à privação da liberdade de pessoa.

Pena- reclusão, de 15 (quinze) a 30 (trinta) anos.

§ 1º Se resulta morte:

Pena – reclusão, de 24 (vinte e quatro) a 30 (trinta) anos.

§2º As penas previstas no caput e no § 1º deste artigo aumentam-se de um terço, se o crime for praticado:

I- Com emprego de explosivo, fogo, arma química, biológica ou radioativa, ou outro meio capaz de causar danos ou promover destruição em massa;

II – em meio de transporte coletivo ou sob proteção internacional;

III – por agente público, civil ou militar, ou pessoa que aja em nome do Estado;

IV – em locais com grande aglomeração de pessoas;

V – contra o Presidente e o VicePresidente da República, o Presidente da Câmara dos Deputados, o Presidente do Senado federal ou o Presidente do Supremo Tribunal Federal;

¹²³ Idem.

VI – contra Chefe de Estado ou Chefe de Governo estrangeiro, agente diplomático ou consular de Estado estrangeiro ou representante de organização internacional da qual o Brasil faça parte.

A primeira preocupação refere-se ao caráter genérico, aberto, impreciso do tipo penal proposto, ao passo que carece de critérios objetivos na caracterização do que viria a ser “terrorismo”. Tal imprecisão, obviamente, facilitará interpretações causuísticas que permitam interpretações arbitrárias.

A emenda nº 1 do Plenário, incluiu os seguintes incisos ao caput do artigo, seguidos da expressão “quando”: I – tiverem por fim forçar autoridades públicas, nacionais ou estrangeiras, ou pessoas que ajam em nome delas, a fazer o que a lei não exige ou deixar de fazer o que a lei não proíbe; II – tiverem por fim obter recursos para a manutenção de organizações políticas ou grupos armados, civis ou militares, que atuem contra a ordem constitucional e o Estado Democrático; ou III – forem motivadas por preconceito de raça, cor, etnia, religião, nacionalidade, origem, gênero, sexo, identidade ou orientação sexual, condição de pessoa idosa ou com deficiência, ou por razões políticas, ideológicas, filosóficas ou religiosas.¹²⁴

Muito embora a justificativa da mudança tenha sido no sentido de se delimitar com precisão o crime de terrorismo, os incisos acrescidos apenas discorrem sobre a finalidade do crime, nem ao menos descrevendo os meios capazes de gerar perigo comum visando à desestabilização da ordem política. Assim, em desobediência ao princípio da legalidade, esta descrição é apenas feita no inciso I do parágrafo segundo, na modalidade de causa especial de aumento de pena, a qual eleva a sanção em um terço. Entendendo-se o terrorismo como um crime de forma vinculada, os meios que causam perigo comum deveriam ser considerados elementares do tipo penal, e não apenas uma simples circunstância de majoração da pena, sob o risco de se criminalizar uma imensa variedade de atos.¹²⁵

Quanto à pena prevista, já se comentou no tópico anterior que ela é mais rigorosa do que a prevista na Lei de Segurança Nacional, elaborada durante o período ditatorial, o que é um sintoma do caráter autoritário do projeto que se pretende aprovar.

¹²⁴ Idem.

¹²⁵ GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal: Parte Especial, volume II**. Niterói: Editora Impetus, 2009, 6ªed. p. 132.

Ademais, o artigo em questão apresenta uma flagrante violação ao princípio da individualização das penas. Isso porque quando há resultado morte, como disposto no primeiro parágrafo, a pena prevista é a reclusão, de 24 a 30 anos, superior em seu mínimo até mesmo ao crime de homicídio qualificado, cuja pena varia entre 12 e 30 anos. Pode ainda ser essa pena aumentada de um terço nas hipóteses do § 2º, o que equivale dizer que existirá sempre uma pena automática máxima de 30 anos para aquele que cometer o delito de terrorismo com resultado morte, diante da limitação do tempo de cumprimento da pena privativa de liberdade em 30 anos, consoante o disposto no artigo 75 do Código Penal.¹²⁶ Assim, não haveria margem jurisdicional para a individualização da pena, considerando-se a culpabilidade do autor do crime, o que não coaduna com o disposto no artigo 5º, XLVI da Constituição Federal.¹²⁷

Foram ainda agregados os conteúdos de outras duas emendas ao dispositivo. A emenda nº 6 inclui o Procurador Geral da República ao inciso V do § 1º, por se entender que ocupa uma posição ímpar na sistemática jurídica pátria, bem como que suas atividades acompanham alto grau de complexidade. A emenda nº 7, por sua vez, inclui ao inciso I do parágrafo 2º a expressão “por meio informático”, aumentando ainda mais o leque de ações que possam vir a ser consideradas terroristas.

Continuando a análise dos demais dispositivos, encontramos no artigo 3º a tipificação do crime de financiamento do terrorismo, o qual dispõe:

Art. 3º Oferecer, obter, guardar, manter em depósito, investir ou contribuir de qualquer modo para a obtenção de ativo, bem ou recurso financeiro, com a finalidade de financiar, custear ou promover prática de terrorismo, ainda que os atos relativos a este não venham a ser executados:

Pena – reclusão, de 15 (quinze) a 30 (trinta) anos.¹²⁸

Ganha ênfase aqui a severidade da pena imposta ao crime, que pode também chegar aos 30 anos. Crime semelhante a este se encontra tipificado no artigo 1º da Lei 9613/98 (tipifica o crime de lavagem de dinheiro), cuja redação é a

¹²⁶ BRASIL. **Código Penal**. op. cit

¹²⁷ _____. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado federal: Centro gráfico, 1988. 292 p.

¹²⁸ _____. **PLS- Projeto de Lei do Senado, nº 499 de 2013**. op. cit.

seguinte: “Ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal.” A pena aqui, entretanto, é a de reclusão de 3 a 10 anos, ou seja, apresenta uma pena mínima cinco vezes inferior à disposta no projeto de Lei estudado, e uma pena máxima três vezes menor.¹²⁹

Importante destaque merece o artigo 4º do PLS 499/13, o qual na sua redação original tipifica o terrorismo contra coisa:

Art. 4º Provocar ou infundir terror ou pânico generalizado mediante dano a bem ou serviço essencial:

Pena – reclusão, de 8 (oito) a 20 (vinte) anos.

§ 1º Considera-se bem ou serviço essencial, para efeito do caput deste artigo, barragem, central elétrica, linha de transmissão de energia, aeroporto, porto, rodoviária, ferroviária, estação de metrô, meio de transporte coletivo, ponte, plataforma fixa na plataforma continental, central de energia, patrimônio material tombado, hospital, casa de saúde, instituições de ensino, estádio esportivo, sede do poder executivo, legislativo ou judiciário da União, estado, distrito federal ou municipal, e instalação militar

§ 2º Aplica-se ao crime previsto no caput deste artigo as causas de aumento de pena de que tratam os incisos IV e VI do § 2º do art. 2º desta lei.

§ 3º Se o agente for funcionário público, a condenação acarretará a perda de cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro da pena aplicada.

A emenda nº 2 do Plenário, semelhante à de nº 1, introduz, em sequência ao termo “quando”, os incisos: I – tiverem por fim forçar autoridades públicas, nacionais ou estrangeiras, ou pessoas que ajam em nome delas, a fazer o que a lei não exige ou deixar de fazer o que a lei não proíbe; II – tiverem por fim obter recursos para a manutenção de organizações políticas ou grupos armados, civis ou militares, que atuem contra a ordem constitucional e o Estado Democrático; ou III – forem motivadas por preconceito de raça, cor, etnia, religião, nacionalidade, origem,

¹²⁹ BRASIL. **Lei n. 9613, de 3 de março de 1998**. Dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19613.htm> Acesso em 10 mai. 2014.

gênero, sexo, identidade ou orientação sexual, condição de pessoa idosa ou com deficiência, ou por razões políticas, ideológicas, filosóficas ou religiosas.¹³⁰

Primeiramente, cumpre notar que a legislação penal brasileira já abarca o crime de dano¹³¹, em suas modalidades simples e qualificada. Porém, enquanto o dano simples penaliza o agente com a detenção de um a seis meses ou multa, e o qualificado com a detenção de seis meses a três anos e multa, o crime de terrorismo contra coisa prevê uma de reclusão de oito a vinte anos. Ou seja, imensamente superior àquelas dispostas no Código Penal. Assim, ainda que desconsiderada a possibilidade de aumento de pena previsto na causa especial do §2º, a sanção apresenta-se mais grave do que a do homicídio simples, configurando-se uma evidente violação ao princípio da proporcionalidade das penas. Além disso, ao elencar estádio esportivo como bem essencial, o projeto de Lei revela o evidente interesse em se criminalizar protestos sociais durante o período da Copa do Mundo e das Olimpíadas de 2016.

Ainda outras três emendas foram feitas no intuito de modificar a redação do artigo 4º, a emenda nº 9, nº10 e nº 12. A de nº 9 inclui a sede do Ministério Público da União no rol de bens ou serviços públicos tidos por essenciais, sendo que na justificação apenas se recorre à importância do Procurador Geral da República na sistemática jurídica pátria, que desempenha funções que possam ir de encontro a interesses de grupos da sociedade.

A emenda de nº 10, por sua vez, inclui no § 1º instituições financeiras e os sistemas informáticos (abrangendo caixas eletrônicos em pontos de terceiros e os correspondentes) entre os serviços essenciais, vez que tais estabelecimentos poderiam ser alvos de ações criminosas. Insere ainda, no § 2º, a remissão ao inciso I, § 2º, art. 2º, tendo por escopo abarcar como causa de aumento da pena, nos crimes de terrorismo contra coisa, o emprego de explosivo, fogo, arma química, biológica ou radioativa, por meio informático ou outro capaz de causar danos ou promover destruição massa. Destarte, se o terrorismo for praticado com tais meios a pena será aumentada de um terço. A emenda acrescenta também um §4º, o qual determina que:

¹³⁰ BRASIL. **PLS- Projeto de Lei do Senado, nº 499 de 2013.** op. cit.

¹³¹ _____. **Código Penal.** op. cit

Se o agente, a qualquer título, portar, deter, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, desviar, emprestar, remeter, empregar, ocultar ou manter sob sua guarda explosivo em desacordo com a determinação legal, ainda que a conduta delituosa prevista no caput não venha a ser praticada.

Pena de 4 (quatro) a 10 (dez) anos.¹³²

Este parágrafo inclui no projeto a figura do crime de perigo. Assim, o porte ilegal de explosivos, ainda que a conduta delituosa não venha a ser praticada, poderá ser enquadrado como crime de terrorismo. Uma importante consideração deve aqui ser feita. O legislador não indica se o crime de perigo seria concreto, o qual exige a comprovação da existência da criação da situação de perigo ao bem juridicamente tutelado, ou se seria um crime de perigo abstrato, o qual prescinde da comprovação da existência da situação em que se colocou em perigo o bem jurídico protegido, configurando-se um crime de perigo *presumido*.¹³³

Percebe-se, por conseguinte, a inobservância de ao menos três princípios constitucionais penais, quais sejam: o princípio da legalidade¹³⁴, que consiste na impossibilidade de existência de crime ou de pena sem que, antes do fato a ser punido, exista uma lei que os preveja; o princípio da intervenção mínima¹³⁵, conhecido como *ultima ratio*, o qual complementa a legalidade, vez que esta não impede que sejam aplicadas sanções penais graves para bens jurídicos cuja relevância não as justifiquem; e o princípio da lesividade¹³⁶, o qual determina que não há crime sem a ofensa a um bem jurídico, seja através da criação de um dano, ou de uma probabilidade de dano, só podendo ser punida conduta que resulte danosa a um bem jurídico penalmente tutelado ou que represente um perigo provável de dano a este bem. Deve-se lembrar do emblemático caso já exposto aqui de Rafael, primeiro condenado das manifestações do ano passado. Suas garrafas contendo água sanitária e pinho sol foram consideradas como explosivos em potencial, sendo que o morador de rua poderia facilmente ser enquadrado no absurdo crime de perigo aqui descrito.

¹³² BRASIL. **PLS- Projeto de Lei do Senado, n° 499 de 2013**. op. cit.

¹³³ GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal: Parte Especial, volume II**. op. cit., p. 109.

¹³⁴ _____. **Curso de direito penal**. Rio de Janeiro: Impetus, 2004, 4ª edição, p. 107-108.

¹³⁵ Idem, p. 52.

¹³⁶ Idem, p. 56.

A emenda de nº 12, por fim, acrescenta, ao §1º, o termo “estação” antes de “rodoviária” e “ferroviária”, além de substituir “meio de transporte coletivo” por “veículos e instalações de transporte público coletivo”. A proposta de alteração tem por escopo identificar com precisão os bens dos sistemas de transporte público coletivo de passageiros a serem protegidos de ações criminosas. Na justificção, é lembrado o número de ônibus inutilizados em decorrência de incêndios e depredações no ano de 2013, do prejuízo gerado a quem usufrui de seus serviços e das concessionárias¹³⁷. Cabe lembrar, no entanto, que grande parte dos incêndios e depredações foram perpetrados em um contexto de insurgência e de manifestações populares. Assim, resta evidente a intenção do legislador de criminalizar os manifestantes, quando se sabe, porém, que a autoria dessas ações é muitas vezes incerta e duvidosa.

Em relação ao crime de Incitação ao terrorismo, constante do artigo 5º do projeto, cuja pena é a reclusão de três a oito anos, observa-se novamente a confecção de um tipo penal extremamente vago e abstrato, que possibilita diversas interpretações e abre espaço para arbitrariedades. O artigo 286 do Código Penal discorre acerca da incitação, publicamente, ao crime, impondo a pena de detenção de três a seis meses, ou multa. Logo, nota-se que além de, novamente impor uma sanção muito superior à disposta no Código, o crime de incitação ao terrorismo consegue ser mais vago e abstrato que o de incitação ao crime, tendo em vista a imprecisão do que se pode ser considerado por “terrorismo”.¹³⁸

O artigo 6º do PLS refere-se ao favorecimento pessoal ao terrorismo:

Art. 6º dar abrigo ou guarida a pessoa de quem se saiba tenha praticado ou esteja por praticar crime de terrorismo

Pena – reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos.

Parágrafo único. Não se aplica a pena se o agente for ascendente ou descendente em primeiro grau, cônjuge, companheiro estável ou irmão da pessoa abrigada ou recebida.¹³⁹

Nota-se mais uma vez a severidade da pena, que impõe a pena de reclusão, de 3 a 8 anos, a quem apenas der abrigo ou guarida a quem tenha praticado ou

¹³⁷ BRASIL. **PLS- Projeto de Lei do Senado, nº 499 de 2013**. op. cit.

¹³⁸ _____. **Código Penal**. op. cit.

¹³⁹ BRASIL. **PLS- Projeto de Lei do Senado, nº 499 de 2013**. op. cit.

esteja por praticar crime de terrorismo, tipo penal já apresentado exhaustivamente aqui como vago, impreciso e abstrato.

Se a promulgação da lei 12.850¹⁴⁰, que dispõe sobre organização criminosa, pode ser considerada um retrocesso de cunho punitivista, tendo em vista a alteração do artigo 288 do Código Penal, como já aqui asseverado, o artigo 7º do Projeto de Lei Antiterrorismo consegue ser ainda mais rigoroso. O tipo penal que define grupo terrorista exige para a configuração do crime o mesmo número de agentes necessários para a configuração do crime de associação criminosa, imputando aos agentes, porém, uma pena, tanto mínima quanto máxima, cinco vezes superior à prevista no crime tipificado no artigo 288 (reclusão de 1 a 3 anos): “Art. 7º Associarem-se três ou mais pessoas com o fim de praticar o terrorismo: Pena – reclusão, de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos.”

O artigo 8º, por sua vez, discorria acerca do arrependimento e proteção legal:

Art. 8º Fica extinta a punibilidade do agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução e impede que o resultado do crime de terrorismo se produza, desde que não seja reincidente em crime previsto nesta Lei.

Parágrafo único. Serão garantidas ao agente arrependido, nos termos do caput deste artigo, quando por ele requeridas, as medidas de proteção atribuídas às vítimas ou testemunhas de crimes que estejam coagidas ou expostas a grave ameaça em razão de colaborarem com a investigação ou processo criminal.

No entanto, a emenda de nº 3 o exclui, sob a justificativa de que a redação seria muito próxima do atual art. 15, do Código Penal, razão pela qual seria redundante. Além disso, seria paradoxal a previsão de, no caso de agente reincidente, o crime se consumir mesmo que o agente impeça sua consumação. Em relação ao parágrafo único, no caso da proteção do réu colaborador, a Lei 9.807/1999 já traria disposições específicas sobre o assunto, tornando o dispositivo redundante e desnecessário.

Atenta-se para o fato, entretanto, de que a grande maioria das condutas tipificadas neste Projeto de Lei encontra já acolhimento no ordenamento penal brasileiro, conforme demonstrado em diversos pontos deste Trabalho. Não obstante,

¹⁴⁰ BRASIL. Lei 12.850, de 02 de agosto de 2013. op. cit.

o Plenário apenas apontou a redundância do artigo oitavo, o único que previa benefícios aos réus.

A emenda nº 4, então, introduz um novo artigo oitavo ao Projeto de Lei, o qual dispõe que: “Não constitui crime de terrorismo a conduta individual ou coletiva de pessoas movidas por propósitos sociais ou reivindicatórios, desde que os objetivos e meios sejam compatíveis e adequados a sua finalidade.”¹⁴¹

Ainda que a justificativa para a inserção do dispositivo pare sobre a não intenção de se criminalizar os movimentos sociais, sua própria redação afirma que “é evidente que a mencionada excludente de ilicitude não objetiva deixar impunes atos terroristas, sejam eles praticados por militantes de movimentos sociais ou não. Atos terroristas são atos criminosos independente dos sujeitos que os praticam.” O problema repousa no fato novamente da imprecisão dos tipos penais referentes aos crimes de “terrorismo” e do seu próprio conceito, consoante explicitado nos tópicos antecedentes. E sabe-se também do longo e contínuo processo de criminalização que vem sofrendo os movimentos sociais, inclusive pelo Poder Legislativo.

Assim, imperioso não olvidar que um dos signatários do Projeto, o Senador Jorge Viana, chegou a afirmar que os manifestantes acusados de terem jogado o rojão que matou o cinegrafista Santiago Andrade poderiam ser enquadrados em terrorismo, em que pese a negativa da Casa em abordar a possibilidade de tal situação.¹⁴²

O cumprimento de pena em todos os crimes tipificados no Projeto encontra-se disposto no artigo 9º, cuja redação original era a seguinte:

Art. 9º O condenado por crime previsto nesta Lei só terá direito ao regime de progressão de pena após o cumprimento de 4/5 (quatro quintos) do total da pena em regime fechado.

Parágrafo único. Quanto à progressão de regime, observar-se-á o disposto no § 2º do art. 2º da Lei 8.072, de 25 de julho de 1990.

¹⁴¹ BRASIL. **PLS- Projeto de Lei do Senado, nº 499 de 2013**. op. cit.

¹⁴² MORAES, M. Depois da morte de cinegrafista, Senado pode votar urgência de projeto que tipifica terrorismo. **Estadão**, fev. 2014. Disponível em < <http://blogs.estadao.com.br/marcelo-moraes/depois-da-morte-de-cinegrafista-senado-pode-votar-urgencia-de-projeto-que-tipifica-terrorismo/>> Acesso em 15 fev. 2014.

A emenda nº 5, porém, suprimiu a expressão “em regime fechado” do caput, e todo o seu parágrafo único. A primeira supressão é justificada tendo em vista alguns crimes previstos no Projeto possibilitarem o regime inicial semiaberto do cumprimento da pena. Assim, seria cabível o entendimento de que apenas os crimes que se iniciam em regime fechado estariam sujeitos à rigorosidade do dispositivo, o que se pretendeu evitar obviamente. A segunda supressão é ainda mais problemática. O parágrafo único dispunha que se aplicariam para a progressão de regime os prazos do art. 2º, §2º, da Lei 8.072/90¹⁴³ (2/5 para réu primário, e 3/5 se reincidente). A Lei 8.072, Lei dos Crimes Hediondos, já considerada uma aberração jurídica pelos cerceamentos de liberdade que prevê e pela desproporcionalidade das penas, consegue ser mais branda que o Projeto de Lei ora estudado, no qual são necessários incríveis 4/5 do total da pena cumpridos para que se possa pleitear a progressão de regime.

Já o artigo 10º do Projeto apresenta redação idêntica ao artigo 2º da mencionada Lei dos Crimes Hediondos, dispondo que “os crimes previstos nesta Lei são inafiançáveis e insuscetíveis de graça, anistia ou indulto.” No artigo 11º encontramos a competência para o processamento e julgamento dos crimes previstos no Projeto de Lei, que por serem praticados contra o interesse da União, estão sujeitos à justiça Federal, nos termos do artigo 109, IV da Constituição Federal.

O artigo 12º modifica o artigo 8º da Lei 8072, o qual deverá vigorar com a seguinte redação: “Art. 8º. Será de três a seis anos de reclusão a pena prevista no art. 288 do Código Penal, quando se tratar de crimes hediondos e prática de tortura e tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.”

O tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins não havia sido contemplado pelos legisladores em um primeiro momento, na confecção do artigo 12º. A emenda nº 11, todavia, o inseriu. A redação original do artigo 8º da Lei 8072 inclui também o terrorismo, e por esse motivo optou-se, no projeto de Lei em estudo, retirá-lo, tendo em vista as penas cominadas a seus crimes serem em sua maioria muito superiores

¹⁴³ BRASIL. Lei n. 8.072, de 25 de julho de 1990.

àquela prevista na Lei dos Crimes Hediondos, qual seja a reclusão de três a seis anos.

O artigo 20º da Lei de Segurança Nacional é revogado pelo artigo seguinte, o 13º. Como já explanado no tópico anterior, o relator apresenta essa mudança como um grande avanço da democracia, vez que a Lei de Segurança foi originada no período ditatorial. Contudo, como já demonstrado, a Lei Antiterrorismo seria em vários pontos mais rigorosa, de cunho punitivista que aquela, apresentando, por fim, um retrocesso à área penal e à democracia como um todo.

Por fim, através da emenda nº 13 do Plenário, inseriu-se ao PLS 499, de 2013, o artigo 14, o qual dispõe:

“Art. 14 Esta Lei não se aplica a manifestações políticas, conduta individual ou coletiva de pessoas, movimentos sociais ou sindicatos, movidos por propósitos sociais ou reivindicatórios, visando contestar, criticar, protestar, apoiar com o objetivo de defender ou buscar direitos, garantias e liberdades constitucionais.”

Na justificação da emenda, explica-se que a inclusão do artigo visa deixar claro o escopo da tipificação de terrorismo, que não seria o de cercear o exercício legítimo do direito de manifestação popular e social. Não obstante, como colocado várias vezes neste trabalho, a tipificação do crime de terrorismo é extremamente vaga e abstrata, deixando margem para interpretações arbitrárias. Entende-se que este artigo foi confeccionado tão somente para tentar deslegitimar os argumentos das entidades e movimentos sociais que temem, com razão, que a nova Lei venha criminalizar ainda mais suas lutas diárias.¹⁴⁴

Assim, para que se instrumentalize o poder sobre os movimentos sociais e outras classes igualmente criminalizadas pelo Projeto de Lei, observa-se o uso das técnicas de isolamento político e de cooptação, retirando-se a legitimidade das demandas e promovendo o desmantelando desses movimentos, conforme já abordado no capítulo antecedente.

¹⁴⁴ BRASIL. PLS- Projeto de Lei do Senado, nº 499 de 2013. op. cit.

CONCLUSÃO

Nas últimas décadas presenciou-se o avanço do Estado Penal, a criação de leis antiterroristas, e de outras legislações que visam atingir as camadas sociais subalternas. Neste sentido, chega-se à conclusão que o Brasil, através de seu aparato policial extremamente ofensivo e draconiano, acompanha uma tendência mundial à criminalização e combate de qualquer levante popular ou qualquer forma de protesto, que não seja através das urnas e plebiscitos.

Os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário apresentam como política de gerenciamento de controle a adoção de inúmeras práticas pautadas pela óptica da exceção. Em nome da necessidade de se reprimir os movimentos sociais, sejam eles organizados ou não, perpetua-se a sustentação de determinados interesses sociais e econômicos em detrimento da implementação de políticas públicas que garantam o acesso dos cidadãos aos seus direitos sociais básicos, quais sejam um transporte público de qualidade, saúde, educação, moradia, etc.

Assim, a ação coordenada desses poderes impõe um Estado de exceção, não somente caracterizado pelas prisões arbitrárias e truculência policial, como também pela propositura de projetos de lei que visem especificamente à criminalização de manifestantes, a exemplo do Projeto de Lei Antiterrorismo 499, de 2013.

Em um cenário onde já se evocou a Lei de Segurança Nacional, oriunda do regime ditatorial, para se criminalizar movimentos sociais organizados, como o Movimento dos Trabalhadores sem Terra, sob o argumento de se tratar de uma organização terrorista, é preocupante a possibilidade de criação de um tipo penal de combate ao terrorismo. Sua função não declarada, entretanto, é notadamente a de criminalizar os movimentos sociais e manifestações populares, especialmente diante do contexto de reivindicações de cunhos diversos no qual o Brasil está inserido atualmente.¹⁴⁵

¹⁴⁵ Caos Concretos. **Conectas**, mar. 2014. p. 106. Disponível em <http://www.conectas.org/arquivos/editor/files/Dossi%C3%AA%20Vers%C3%A3o%20FINAL%20rev%20final%20-%2028_03f.pdf> Acesso em 10 abr. 2014.

Esse contexto de repressão e legislação de exceção é ainda paulatinamente intensificado em decorrência da agenda internacional dos grandes eventos esportivos, o qual destrói sorrateiramente as bases da soberania política, social, econômica e cultural da população brasileira, compondo a fórmula para se fundamentar e motivar a tipificação do crime de terrorismo. Nesse ínterim, a dimensão do fascismo de estado, incompatível com os anseios por uma sociedade livre, justa, solidária e democrática, mostra-se presente.¹⁴⁶

E durante os mencionados eventos, é essa face do Estado que estará nas ruas, quase que de maneira onipresente, excetuando-se os espaços privilegiados de circulação. Nesse contexto, uma entidade alienígena toma parte do território nacional para si, fazendo com que no espaço amplamente televisionado prospere um Brasil civilizado, subserviente, alegre, festivo. Mantém-se assim, os subversivos do lado de fora do “perímetro civilizatório”, onde é promovida a higienização, ao passo que a ordem do lado de dentro é mantida.

Em desencontro com a liberdade de expressão, prisões arbitrárias são decretadas, ao passo que aqueles que, com veemência, defendem o Estado democrático de direito, são classificados como inimigos, e criminalizados como terroristas através da propositura de leis casuísticas. Diante do ufanismo representado pela Copa, pretende-se calar as vozes, ou então fazer com que permaneçam em casa, assistindo à televisão. Nesse sentido, as jornadas de junho revelaram a “extensão da atuação dos sistemas punitivos subterrâneos”, no intuito de reprimir o pensamento considerado subversivo. Em um país onde se concede a competência a militares para julgarem civis, espera-se que os protestos se deem silenciosamente, por meio de plebiscitos, abaixo-assinados, petições, ou nas urnas, ao passo que greves são criminalizadas e qualquer pretensão no sentido de garantir os direitos básicos é encarada como violadora da ordem.¹⁴⁷

¹⁴⁶ GOMES, A. Lei antiterror contra os trabalhadores. **PSTU**, dez. 2013. Disponível em <<http://www.pstu.org.br/node/20199>> acesso em 10 fev. 2014.

¹⁴⁷ MORAIS DA ROSA, A.; KHALED JR., S. Tiro, porrada e bomba na Copa e Processo Penal: o perímetro FIFA e a guerra contra o outro em nome da segurança. **Justificando**, jun. 2014. Disponível em <<http://justificando.com/2014/06/06/tiro-porrada-e-bomba-na-copa-e-processo-penal-o-perimetro-fifa-e-guerra-contra-o-outro-em-nome-da-seguranca/>> Acesso em 15 jun. 2014.

Em suma, o uso contemporâneo de leis do caráter da Lei de Segurança Nacional e da Lei de Organizações Criminosas, assim como a propositura de Projetos de Lei, tais como o que tipifica o terrorismo de forma ampla e abstrata, são apenas exemplos que simbolizam o estado de exceção permanente e a perspectiva política de controle sobre movimentos sociais, organizados ou não. Isso somado ao exercício contínuo de tentativa de se descaracterizar as manifestações legítimas, as quais apenas utilizam-se do espaço público para publicizar suas reivindicações.

Já contamos com 50 anos desde o Golpe de 64 e 25 anos desde a promulgação da Constituição Federal de 88, apelidada de “Constituição Cidadã”. Nesse momento, em que vivenciamos uma efervescência política e a retomada dos espaços públicos pela população, a defesa da jovem democracia brasileira e o rechaço a projetos de lei, cujos conteúdos se assemelhem ao do famigerado e nada saudoso AI-5, são também papéis do Congresso Nacional. ¹⁴⁸

¹⁴⁸ GOMES, Américo. Lei antiterror contra os trabalhadores. op. cit.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- _____. **Homo sacer**: el poder soberano y la nuda vida. Valencia: Pre-Textos, 2006.
- ALVES, Giovanni. A revolta do precariado no Brasil. **Blog da Boitempo**, jun. 2013. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2013/06/24/a-revolta-do-precariado-no-brasil/>. Acesso em: 28 mar. 2014.
- _____. Ocupar Wall Street...e depois? **Occupy**: movimentos de protestos que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.
- ANCOP, Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa. **Megaeventos e violações de direitos humanos no Brasil**. 2ª ed. Disponível em: [file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Dossie Megaeventos ViolacoesdeDireitos2012%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Dossie%20Megaeventos%20ViolacoesdeDireitos2012%20(1).pdf). Acesso em: 20 mar. 2014.
- _____. **Nota de Repúdio da ANCOP ao terrorismo de estado no Brasil**. Jun. 2013. Portal Popular da Copa e das Olimpíadas. Disponível em: http://www.portalpopulardacopa.org.br/index.php?option=com_k2&view=item&id=495:nota-de-rep%C3%BAdio-da-ancop-ao-terrorismo-de-estado-no-brasil. Acesso em: 10 fev. 2014.
- ARANTES, Paulo Eduardo. 1964, O ano que não terminou. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 214-225.
- ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ARROSI, João Paulo. Direito penal do inimigo e totalitarismo. **Tipo: Inimigo**. Curitiba: FAE Centro Universitário, 2011.
- AYRES FRANÇA, Leandro. Governando através do crime: Anotações sobre o trágico-fenômeno da lei dos crimes hediondos. In: FRANÇA, Leandro Ayres (org.). **Tipo: Inimigo**. Curitiba: FAE Centro Universitário, 2011.
- BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal**: Introdução à sociologia do direito penal. Trad. Juarez Cirino dos Santos. 3ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2002.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. **Obras escolhidas I**: Magia e Técnica, Arte e Política. Trad. S.P. Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BRAGA, Ruy. Sob a sombra do precariado. **Cidades rebeldes**: Passe livre e as Manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p. 81-82.

BRANT, Leonardo Nemer Caldeira (coord.). **Terrorismo e Direito**: os impactos do terrorismo na comunidade internacional e no Brasil: perspectivas político-jurídicas. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

BRASIL. **Código Penal**. Decreto Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm>. Acesso em: 05 fev. 2014.

_____. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado federal: Centro gráfico, 1988. 292 p.

_____. **Lei 12.850, de 02 de agosto de 2013**. Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências.

_____. **Lei n. 8.072, de 25 de julho de 1990**. Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8072.htm>. Acesso em: 10 fev, 2014.

_____. **Lei n. 9.613, de 3 de março de 1998**. Dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9613.htm> Acesso em: 10 mai. 2014.

_____. **PLS- Projeto de Lei do Senado, nº 499 de 2013**. Define crimes de terrorismo e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=141938&tp=1>>. Acesso em: 15 mar.2014.

_____. **PLS- Projeto de Lei do Senado, nº 762 de 2011**. Define crimes de terrorismo. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=101843&tp=1>>. Acesso em: 15 mar. 2014.

BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro Rocha. Territórios transversais. **Cidades rebeldes**: Passe livre e as Manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

Caos Concretos. **Conectas**, mar. 2014. p. 106. Disponível em: <http://www.conectas.org/arquivos/editor/files/Dossi%C3%AA%20Vers%C3%A3o%20FINAL%20rev%20final%20-%2028_03f.pdf> Acesso em: 10 abr. 2014.

CARNEIRO, Henrique Soares. Rebeliões e ocupações de 2011. **Occupy**: movimentos de protestos que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.

CASSELY, Jean-Laurent. Antiterrorisme: la logique «préventive» à l'épreuve du cas Merah. Slate Fr, mar. 2012. Disponível em:

<<http://www.slate.fr/france/52037/logique-preventive-antiterrorisme-merah>>. Acesso em: 20 fev. 2014.

CHALIAND, Gerard; BLIN, Arnaud. **The history of terrorism: from Antiquity to Al-Qaeda**. Londres: University of Carolina press, 2007.

CHAUI, Marilena. O inferno urbano e a política do favor, tutela e cooptação. **Teoria e Debate**, Ed 113, jun. 2013. Disponível em:

<<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/nacional/manifestacoes-de-junho-de-2013-na-cidade-de-sao-paulo?page=full>>. Acesso em: 23 abril. 2014.

CHRISTIE, Nils. **A indústria do controle do crime: a caminho dos GULAGs em estilo ocidental**. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Dispõe sobre o cumprimento de alvarás de soltura e sobre a movimentação de presos do sistema carcerário e dá outras providências. **Resolução nº 108**, de 06 de abril de 2010. Disponível em:

<<http://www.cnj.jus.br/atos-administrativos/atos-da-presidencia/323-resolucoes/12229-resolucao-no-108-de-06-de-abril-de-2010>> Acesso em: 10 fev. 2014.

DDH, Instituto de Defensores de Direito Humanos. **Pela Liberdade de Rafael Braga Vieira**. Rio de Janeiro, abr. 2014. Disponível em: <<http://ddh.org.br/pela-liberdade-de-rafael-braga-vieira/>> Acesso em: 03 abr. 2014.

DONATO, Mauro. A imprensa esqueceu das outras 11 vítimas fatais das manifestações?. **Andradetalis**, fev. 2014. Disponível em: <<http://andradetalis.wordpress.com/2014/02/12/a-imprensa-esqueceu-das-outras-11-vitimas-fatais-das-manifestacoes/>> Acesso em: 02 mar. 2014.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **Lei 107–56—OCT. 26, de 2001**. Uniting and strengthening America by providing appropriate tools required to intercept and obstruct terrorism. Disponível em: < <http://www.gpo.gov/fdsys/pkg/PLAW-107publ56/pdf/PLAW-107publ56.pdf>> Acesso em: 02 mai. 2014.

FERRAJOLI, Luigi. **Direito e Razão: Teoria do Garantismo Penal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

FERREIRA, Antonia Morgana Coelho; ALMEIDA, Saulo Nunes de Carvalho. A lei do antiterrorismo na França e a Antítese entre a defesa dos Direitos Humanos e a Permissão aos abusos contra eles. **Revista Jurídica Fa7**, Fortaleza, v. 7, n. 1, p.197-210, abr. 2009.

FON FILHO, Aton. **Criminalização dos movimentos sociais: Democracia e repressão dos direitos humanos**. São Paulo: Instituto Rosa Luxemburg Stiftung, 2008. Disponível em:

<<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Criminaliza%C3%A7%C3%A3o%20dos%20movimentos%20sociais%20-%20democracia%20e%20repress%C3%A3o%20dos%20direitos%20humanos%20-%20Aton%20Fon%20Filho%20-%202008.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2014.

FON, Antônio Carlos. **Tortura: a história da repressão política no Brasil**. São Paulo: Global. 6ª ed, 1981.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FRANÇA. **Código Penal Francês** (1994). Code pénal français.

_____. **Loi n° 2006-64 du 23 janvier 2006**. Relative à la lutte contre le terrorisme et portant dispositions diverses relatives à la sécurité et aux contrôles frontaliers. Disponível em: <<http://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=LEGITEXT000006053177>> Acesso em: 20 fev. 2014.

GOMES, Américo. Lei antiterror contra os trabalhadores. **PSTU**, dez. 2013. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/20199>> Acesso em: 10 fev. 2014.

GRECO, Rogério. **Curso de direito penal**. Rio de Janeiro: Impetus, 2004, 4ª edição.

_____. **Curso de Direito Penal: Parte Especial, volume II**. Niterói: Impetus, 2009, 6ªed.

HOBBSBAWM, Eric J. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

IASI, Mauro Luis. A rebelião, a cidade e a consciência. **Cidades rebeldes: Passe livre e as Manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

_____. Pode ser a gota d'água: enfrentar a direita avançando a luta socialista. **Blog da Boitempo**, jun.2013. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2013/06/26/pode-ser-a-gota-dagua-enfrentar-a-direita-avancando-a-luta-socialista/>>. Acesso em: 10 mar.2014.

JAKOBS, Günther. La ciencia penal ante los retos del futuro. In: CONDE, Francisco Munõz. Eser; Hassemer; Burkhardt.. **La ciencia del derecho penal ante el cambio de milenio**. Trad. Teresa Manso. Valencia, 2004.

JAKOBS, Günther; MELIÁ, Cancio; org. e trad. André Luís Callegari, Nereu José Giacomolli. **Direito Penal no inimigo: noções e críticas** 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

KONDER, Leandro. **Introdução ao Fascismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

LAQUEUR, Walter. Reflexões sobre o terrorismo. **Diálogo**, Rio de Janeiro: Lidador, v.20, n.4, 1987, trad. Mário Salviano Silva.

LEÃO, Flávio. Crimes de dano ao patrimônio público e as manifestações populares de junho de 2013. **O Forum Criminal**, dez. 2013. Disponível em: <<http://forumcriminal.blogspot.com.br/2013/12/crime-de-danos-ao-patrimonio-publico-e.html>>. Acesso em: 02 fev. 2014.

MATOS, Aécio Gomes. **Organização social de base: Reflexões sobre significados e métodos**. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural- NEAD, Editorial Abaré, 2003.

MORAES, Marcelo. Depois da morte de cinegrafista, Senado pode votar urgência de projeto que tipifica terrorismo. **Estadão**, fev. 2014. Disponível em: <<http://blogs.estadao.com.br/marcelo-moraes/depois-da-morte-de-cinegrafista-senado-pode-votar-urgencia-de-projeto-que-tipifica-terrorismo/>> Acesso em: 15 fev. 2014.

MORAIS DA ROSA, Alexandre; KHALED JR., Salah. Tiro, porrada e bomba na Copa e Processo Penal: o perímetro FIFA e a guerra contra o outro em nome da segurança. **Justificando**, jun. 2014. Disponível em: <<http://justificando.com/2014/06/06/tiro-porrada-e-bomba-na-copa-e-processo-penal-o-perimetro-fifa-e-guerra-contra-o-outro-em-nome-da-seguranca/>> Acesso em: 15 jun. 2014.

NASSAR, Reginaldo. Na Ucrânia é manifestante. Em Paris, também. Aqui é vândalo, terrorista. **Revista Fórum**, fev. 2014. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/digital/132/reginaldo-nasser-e-quando-se-olha-para-fora-para-ucrania-e-manifestante-em-paris-tambem-eram-manifestantes-aqui-e-vandalo-terrorista/>>. Acesso em: 27 mar. 2014.

NOGUEIRA, Ítalo; VETTORAZZO, Lucas. Catador é o primeiro condenado após onda de manifestações. São Paulo: **Folha de S. Paulo**, dez. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/12/1380488-catador-e-o-primeiro-condenado-apos-onda-de-manifestacoes.shtml>> Acesso em: 10 fev. 2014.

Notícias STF. 1ª Turma mantém na Justiça Militar ação contra civil acusada de desacato a militar. **Supremo Tribunal Federal**, maio de 2014. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=266660>> Acesso em: 13 mai. 2014.

OEA, Organização dos Estados Americanos. **Convenção Interamericana contra o terrorismo**, de 03 de junho de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5639.htm>. Acesso em: 30 mar, 2014,

OLIVEIRA, Pedro Rocha. A classe média vai ao protesto. **Blog da Boitempo**, jun. 2013. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2013/06/26/a-classe-media-vai-ao-protesto/>>. Acesso em: 23 mar. 2014.

PASSETTI, Edson; OLIVEIRA, Salete (orgs.). **Terrorismos**. São Paulo: EDUC, 2006.

PASSOS, Najla. Os 30 anos de ódio ao MST nas páginas da Veja. **Carta Maior**, fev. 2014. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Midia/Os-30-anos-de-odio-ao-MST-nas-paginas-de-Veja/12/30253>>. Acesso em: 15 fev. 2014.

PELEGRINO, Ayrina; FRANCA, Luka. Para juristas, projeto de lei antiterrorismo é genérico e coloca em risco estado de direito. **Última Instância**, fev. 2014. Disponível em: <<http://ultimainstancia.uol.com.br/conteudo/noticias/69103/para+juristas+projeto+da+%22lei+anti-terrorismo%22+e+generico+e+coloca+em+risco+estado+de+direito.shtml>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

PELLET, Sarah. A ambigüidade da noção de terrorismo. In: BRANT, Leonardo Nemer Caldeira (Coord.). **Terrorismo e Direito: os Impactos do Terrorismo na Comunidade Internacional e no Brasil**. Rio de Janeiro, Forense, 2003, p. 9-20.

PILATTI, Adriano. Tribunal de exceção pra pretos e pobres. **Gilson Sampaio**, maio de 2014. Disponível em: <<http://gilsonsampaio.blogspot.com.br/2014/05/tribunal-de-excecao-para-pretos-e-pobres.html>>. Acesso em: 30 mai. 2014.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Estado e terror. In: NOVAIS, Adauto (org.). **Ética**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

Prisões Arbitrárias realizadas no Rio de Janeiro são denunciadas à OEA. **Justiça Global**, out. de 2013. Disponível em: <<http://global.org.br/programas/prisoes-arbitrarias-realizadas-nas-manifestacoes-no-rio-de-janeiro-sao-denunciadas-a-oea/>> Acesso em: 22 fev. 2014.

QUEIROZ, Rosiana Pereira et al. **A criminalização dos movimentos sociais no Brasil**: relatório de casos exemplares. Brasília: MNDH; Passo Fundo: IFIBE, 2006. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/relatorios/r_mndh/r_mndh_criminalizacao_mov_sociais.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2014.

REDAÇÃO. Cinegrafista atingido por rojão no Rio tem morte cerebral. **Carta Capital**, fev, 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/cinegrafista-atingido-por-rojao-no-rio-tem-morte-cerebral-5750.html>> Acesso em: 11 fev. 2014.

RESENDE, Erica Simone Almeida. As condições de possibilidade da guerra ao terror: americanidade e puritanismo nas práticas discursivas da política externa norte americana no pós onze de setembro. **Século XXI: revista de Relações Internacionais**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 31-54, jul/dez. 2011.

ROLNIK, Raquel. As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. **Cidades rebeldes**: Passe livre e as Manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

SAFATLE, Vladimir. Do uso da violência contra o Estado ilegal. **O que resta da Ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. Amar uma idéia. **Occupy**: movimentos de protestos que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.

SÁNCHEZ, Jesús-Maria Silva. **A expansão do direito penal**: aspectos da política criminal nas sociedades pós-industriais. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Juarez Cirino dos. A criminologia crítica e a Reforma da Legislação Penal. In: **XIX Conferência Nacional dos Advogados** – República, Poder e Cidadania, Florianópolis: OAB, 2005. Disponível em: <http://www.cirino.com.br/artigos/jcs/criminologia_critica_reforma_legis_penal.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2014.

SANTOS, Juarez Cirino dos. **O direito penal do inimigo** – ou o discurso do direito penal desigual. Disponível em: <<http://www.cirino.com.br/artigos/jcs/Direito%20penal%20do%20inimigo.pdf>> Acesso em: 08 mar. 2014.

SAUER, Sérgio. **Processos recentes de criminalização dos movimentos sociais populares**. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2008/10/Processos-recentes-de-criminaliza%C3%A7%C3%A3o-dos-movimentos-sociais-populares.pdf>>. Acesso em: 20 fev, 2014.

SAUL, Ben. **Attempts to Define ‘Terrorism’ in International Law**. Netherlands International Law Review. v. 52, 2005.

TELES, Edson. Democracia, segurança pública e coragem para agir na política. **Occupy**: movimentos de protestos que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.

_____. Entre Justiça e violência: estado de exceção nas democracias do Brasil e da África do Sul. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010.

VAINER, Carlos. Quando a cidade vai às ruas. **Cidades rebeldes**: Passe livre e as Manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

WACQUANT, Loïc. **As Prisões da Miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. **Os Condenados da Cidade**: Estudo sobre marginalidade avançada. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

_____. **Punir os Pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2001.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **O inimigo no direito penal**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

ŽIŽEK, Slavoj. O violento silêncio de um novo começo. **Occupy**: movimentos de protestos que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.